

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ – UNESA
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL –
MADE

**TURISMO SUSTENTÁVEL A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO TURISMO DO MARANHÃO: o caso do
Município de Cururupu**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Ribas

Rio de Janeiro

2006

S237 Santos, Saulo Ribeiro dos
Turismo sustentável a partir da implantação do plano integral de desenvolvimento do turismo do Maranhão : o caso do município de Cururupu. / Saulo Ribeiro dos Santos. -Rio de Janeiro, 2006.

177 f.

Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá, 2006.

1.Turismo sustentável. 2.Turismo, Planejamento. 3.Princípios.
4.Maranhão, Municípios. I. Título.

CDD 338.4791

**TURISMO SUSTENTÁVEL A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO TURISMO DO MARANHÃO: o caso do
Município de Cururupu**

Saulo Ribeiro dos Santos

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. José Roberto Ribas (Orientador)
Doutor em Administração de Empresas
Fundação Getúlio Vargas

Prof. Harvey José Santos Ribeiro Cosenza
Doutor em Engenharia de Produção
Universidade Federal do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

A Deus, fonte de vida.

A meu pai pelo esforço e dedicação.

A minha mãe pelo carinho e incentivo.

Ao meu irmão pela vontade de quebrar barreiras.

As minhas avós pelo carinho.

A Família Fiquene e a Profa. Nazaré Ferraz pelo incentivo a cultura e a educação.

AGRADECIMENTOS

A Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão pelo financiamento do mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Ribas pela orientação segura e presente.

Aos professores e funcionários do Mestrado, em especial ao Prof. Lamounier Erthal e Harvey Cosenza e as Secretárias Ana Lúcia e Ana Paula.

Aos colegas do mestrado, em especial Hélio Meirim, Isabela, Cláudia, Rita Almeida, Boente, Jozias, Rodrigo Ferraz e Luciana.

Aos amigos do Rio de Janeiro: Marcos, Elisane, Ana Paula, Vitor, Rose, Josué, Cristina, Cristian, Conceição, Mary, Lulu, Jael, Taís (afilhada), Geisa, Neuma e Cristiane.

Aos amigos de São Luis: Raphaella, Célia Natália, Leilson, Érika, Paulo, João Paulo, Marisol, Joelma e Luis Carlos.

Aos meus parentes, pela torcida e pelo apoio.

A Tia Nágile Farah pela recepção, atenção, carinho e dedicação.

As minhas tias Walime Damous, Nice Seixas, Célia Seraphico e Maria do Carmo pelo carinho.

A Edson da Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão, pelo fornecimento de material de pesquisa.

Ao SEBRAE/MS pelo material disponível.

Ao município de Cururupu pela beleza e riqueza, que possibilita a pesquisa e contribuição para o meio acadêmico.

“Meio Amazônica, meio Nordeste, o Maranhão traz consigo as belezas e sabores de ambos ao mesmo tempo.”

Ministério do Meio Ambiente

RESUMO

Focaliza-se a implantação do turismo sustentável através da implementação das metas, objetivos e do macroprograma de desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão – Plano Maior no município de Cururupu. Este município reúne características naturais e diversidade cultural que o potencializa como futura referência de turismo regional, além de todo o seu território se constituir uma Área de Proteção Ambiental - APA. O Plano articula-se em torno de ações previstas para viabilizar o turismo sustentável e conseqüentemente o desenvolvimento local. É um estudo descritivo e a análise baseou-se em pesquisas bibliográficas. Utiliza-se o Plano de Desenvolvimento Sustentável do município de Bonito – Mato Grosso do Sul para identificar tópicos relacionados ao turismo sustentável do Plano Maior. A pesquisa mostrou os resultados das metas, objetivos e ações do macroprograma de desenvolvimento do Plano Maior, confrontando com os princípios do turismo sustentável a fim de contribuir com um desenvolvimento sustentável e manter um equilíbrio ambiental, cultural, social e econômico em Cururupu.

Palavras-chave: turismo sustentável; Plano Maior; Cururupu; princípios do turismo sustentável; planejamento.

ABSTRACT

This study focuses on sustainable tourism through the implementation, of objectives, goals and development macroprogram in the “Plan of the Development of Tourism in the State of Maranhão – Plano Maior” at the city of Cururupu. This city embodies natural characteristics and cultural diversity that potencialize as a future reference of regional tourism and also, its territory constitutes an Area of Environmental Protection - APA. The Plan is articulated towards actions and goals predicted to make the sustainable tourism and consequently the local development possible. This analysis was based on bibliographical research and papers about the tourism in the State of Maranhão and the city of Cururupu, and also the comparison of “Plano Maior” with the Plan of Sustainable Development of Bonito – State of Mato Grosso Sul. The research showed results of the goals, objectives and actions of the development macroprogram of Plano Maior, faced with the central indicators of sustainable tourism in order to contribute to a sustainable development and maintain the environmental, cultural , social and economic balance in the city of Cururupu.

Key-words: sustainable tourism; Plano Maior; Cururupu; leading indicators of sustainable tourism; planning

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Sistema de planejamento em área de proteção ambiental	42
Quadro 1	Esquematização de planejamento	79
Quadro 2	Processo de planejamento	89
Quadro 3	Roteiro para planejamento	90
Quadro 4	Sistema de turismo	93
Gráfico 2	Possibilidades do Maranhão	97
Gráfico 3	Possibilidades do Pólo 4	98
Gráfico 4	O potencial do Maranhão por pólos	98
Figura 1	Localização do Maranhão no mundo	108
Figura 2	Localização de Cururupu no Maranhão	109
Figura 3	Mapa da APA das Reentrâncias Maranhenses	112
Quadro 5	Plano de turismo sustentável	121
Gráfico 5	Estrutura organizacional da gestão do turismo de Bonito	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Segmentação de visitantes	43
Tabela 2	Aspectos do planejamento	80
Tabela 3	Tipos de planejamento	81
Tabela 4	Análise externa e interna	82
Tabela 5	Classificação de cada recurso por atividade	97
Tabela 6	Avaliação da imagem do Maranhão	99
Tabela 7	Análise F.O.F.A. do Maranhão	101
Tabela 8	Análise F.O.F.A. do município de Cururupu	127
Tabela 9	Ações do turismo e meio ambiente	133
Tabela 10	Ambiente macro – contexto local	134
Tabela 11	Ambiente micro – Conselho Municipal de Turismo	135
Tabela 12	Comparação dos atributos dos municípios de Bonito e Cururupu	139
Tabela 13	Pontos fortes e fracos do Plano Maior	143

SUMÁRIO

	LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
	LISTA DE TABELAS	10
1	INTRODUÇÃO	13
1.1	JUSTIFICATIVA	14
1.2	PROBLEMA	16
1.3	OBJETIVOS	17
1.3.1	Geral	17
1.3.2	Específicos	18
1.4	METODOLOGIA	18
2	TURISMO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	20
2.1	HISTÓRICO E CONCEITOS DE TURISMO	21
2.1.1	Impactos da atividade turística	25
2.1.1.1	Econômico	26
2.1.1.2	Ambiental	27
2.1.1.3	Sociocultural	29
2.2	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	32
2.2.1	Caracterização de unidades de conservação	35
2.2.2	Área de proteção ambiental	36
2.2.3	Zoneamento ecológico-econômico	38
2.2.4	Plano de manejo	39
2.2.5	Plano de turismo em unidades de conservação	41
2.3	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL	44

2.3.1	Ações globais	49
2.3.1.1	Relatório de Brundtland	49
2.3.1.2	Eco 92	52
2.3.1.3	Conferência Mundial do Turismo Sustentável	52
2.4	TURISMO SUSTENTÁVEL	56
2.5	ECOTURISMO	60
3	TURISMO EM NÍVEL LOCAL, POLÍTICAS E PLANEJAMENTO TURÍSTICO	64
3.1	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL	64
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO	68
3.2.1	Evolução das políticas de turismo no Brasil	71
3.3	PLANEJAMENTO	78
3.3.1	Planejamento turístico	84
3.3.3.1	Roteiro de planejamento turístico	88
3.3.2	Sistema de turismo	92
4	PLANO MAIOR	95
5	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CURURUPU	107
6	INDICADORES ESSENCIAIS PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL	114
7	COMPETÊNCIAS REGIONAIS E IMPLANTAÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL EM CURURUPU A PARTIR DO PLANO MAIOR	122
8	CONCLUSÃO	146
	REFERÊNCIAS	149
	ANEXOS	157

1 INTRODUÇÃO

O turismo está passando por uma sensível evolução com impactos econômicos e sociais no mundo, contribuindo para o desenvolvimento econômico de localidades e calcado em conceito de sustentabilidade. Portanto, a pretensão de abordar um tema relacionado a planejamento turístico sustentável nasce a partir da criação do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão – Plano Maior, como agente para o advento do turismo sustentável em pólos turísticos do estado.

A preocupação da sociedade na capacidade de carga que o meio ambiente pode receber com o fluxo de visitantes ou com seu uso para atividades industriais tem criado responsabilidades pela busca de soluções para o crescimento econômico-social, com mínimos impactos na natureza. Cresce, portanto, a responsabilidade do Estado, como organização governamental, em gerenciar os interesses da sociedade num sentido coletivo na gestão turística e sustentável.

A intensificação da atividade turística como integrante da economia capitalista apresenta características predatórias quando trabalhada de forma massificada e também indutora de desenvolvimento sustentável (quando operada ecologicamente correta na região). Nesse sentido, o planejamento a médio e longo prazo é importante e necessário, se utilizado como ferramenta pelo governo para obter um desenvolvimento socialmente equilibrado e sustentável.

O estado do Maranhão trata-se de uma região com características naturais diversificadas e singulares, apresenta o Plano Maior como “ferramenta” de planejamento para o desenvolvimento sustentável do turismo em seus municípios. O município de Cururupu localizado no Pólo Turístico Floresta dos Guarás, a oeste do Estado, é uma região pré-amazônica que constitui um excelente campo de estudo para a academia, por se tratar de uma área de proteção ambiental e de preocupação governamental e não-governamental com a conservação do meio ambiente.

Melhoria da qualidade de vida da população, preservação e conservação do meio ambiente, crescimento econômico, distribuição de renda, diminuição da desigualdade social, política e econômica constituem cenários do planejamento

como política de Estado. O turismo transformou-se numa das faces da globalização contribuindo para melhorias em diversos aspectos, deve, portanto seguir essas contribuições para incentivar o desenvolvimento sustentável e manter um equilíbrio ambiental, cultural, social e econômico.

Para entender melhor esta temática, divide-se o presente trabalho em 8 capítulos. O primeiro capítulo aborda a justificativa, o problema e os objetivos e a metodologia. No capítulo 2, faz-se uma abordagem do surgimento da atividade turística e seus conceitos, além da descrição do Sistema Nacional de Unidade de Conservação e sua importância para a preservação do meio ambiente e o conceito de desenvolvimento sustentável e sua repercussão no mundo através de ações globais. Em seguida, discute-se o papel do município e da comunidade no desenvolvimento turístico local, e levanta-se o conceito de políticas de turismo e trabalha-se os fundamentos do planejamento e sua função no turismo.

Para o capítulo 4, descreve-se as metas, os objetivos e ações do Plano Maior. O quinto capítulo apresenta-se uma caracterização do município de Cururupu.

A forma como o turismo deve ser implantado para obter a sustentabilidade, através dos indicadores do turismo sustentável e de um planejamento ambiental, são os enfoques do capítulo 6. No penúltimo capítulo, desenvolve-se as competências que Cururupu tem para trabalhar o turismo sustentável, mediante os requisitos dos indicadores do turismo sustentável e faz-se uma comparação do Plano Maior com o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Bonito – MS, apresentando os resultados deste estudo.

E finalizando a dissertação apresenta-se um conjunto de considerações, enfocando a necessidade e o grau de compreensão do turismo sustentável, e como o mesmo pode contribuir, através do Plano Maior, com a promoção do desenvolvimento sustentável em Cururupu.

1.1 JUSTIFICATIVA

O setor do turismo é considerado hoje uma das principais atividades econômicas mundiais. O fluxo intenso de pessoas viajando entre países cresce em

ritmo acelerado, influenciando os investimentos nos setores de construção civil, transportes, alimentação, que indiretamente afeta a toda sociedade, gerando renda e satisfazendo os turistas e a comunidade com o desenvolvimento de setores ligados às necessidades básicas da população local.

Atualmente observa-se uma mudança no tipo de turismo que as pessoas buscam, levada pela falta de espaços verdes nas grandes cidades, que por consequência, levam estas pessoas a buscar locais preservados e de natureza abundante para estar em harmonia com o meio ambiente e também obter uma maior aproximação com a cultura local.

O Brasil segue essa tendência, levando a uma exploração da potencialidade turística, principalmente no seu interior, assumindo importante posição para a economia regional. Os benefícios que o turismo traz são significativos e para que sejam em sua maioria positivos, o planejamento e as políticas públicas são necessários e capazes de proporcionar um turismo com todos os predicados de sustentabilidade, minimizando os efeitos negativos. (LUNAS, 2000)

Percebendo essa dinâmica do turismo, a região Nordeste do Brasil, incluindo o estado do Maranhão, focou a atividade turística como “salvação” para o atraso econômico, desenvolvendo-o em regiões de potenciais (naturais, culturais e históricos) a fim de dinamizar o crescimento dos indicadores econômicos e sociais da região.

O estado do Maranhão assume a importância do turismo, a partir da criação do Plano Integral de Desenvolvimento do Turismo – Plano Maior, que visa desenvolver sustentavelmente os pólos turísticos beneficiando a comunidade com o advento do turismo.

O governo, portanto, observa que o turismo é viável como opção econômica e social, no momento em que o planejamento integra o processo de criação, implantação e execução - um ciclo constante – necessário para equilibrar os interesses da comunidade e do turista.

O município de Cururupu integra o Pólo Turístico Floresta dos Guarás, que é uma Área de Proteção Ambiental - APA, onde a capacidade de carga deve ser mantida de acordo com a fragilidade dos ecossistemas naturais e originalidade cultural da população receptora (RUSCHMANN, 2004).

Neste sentido, percebe-se que o Plano Maior é uma grande ferramenta de estudo para a academia, pois é a partir de sua implantação que o Maranhão pro verá

de infra-estrutura para atrair turistas e também diversificará seus produtos turísticos e melhorará o serviço prestado. Mas seu objetivo central está baseado no desenvolvimento do turismo sustentável em todos os pólos de ação. Portanto, identificar-se-á neste estudo se o objetivo está relacionado aos indicativos do turismo sustentável, e se o macroprograma de desenvolvimento atingirá seu prazo, conciliando com o objetivo central do Plano Maior.

A preocupação do governo, juntamente com a sociedade e empresas privadas, bem como o interesse acadêmico, em discutir a implantação do planejamento turístico sustentável em Cururupu a partir do Plano Maior, torna-se uma oportunidade para a Universidade de caráter científico, pois é uma ferramenta de propostas e soluções para a sociedade e para Cururupu.

Pois com um estudo desta abrangência, será possível identificar problemas que estão acontecendo com a implantação do Plano Maior e perceber como o turismo está sendo implantado em Cururupu, e se ocorre de forma sustentável. A comunidade cururupuense e órgãos estaduais e municipais terão a visão de como as ações, metas e objetivos previstos estão sendo atingidas.

O resultado deste estudo contribuirá para que o governo do Maranhão perceba como o Plano Maior pode modificar o turismo que vem sendo trabalhado, por um turismo sustentável, baseado nos indicadores da sustentabilidade e conscientizar-se que o Plano Maior é fundamental para desenvolver sustentavelmente o município de Cururupu.

1.2 PROBLEMA

O reconhecimento do turismo como setor econômico de importância para a economia nacional e regional, possibilita estudar suas premissas e atuações como um novo paradigma do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma procura-se discutir e analisar a implantação do Plano Maior (no período de 2000 a junho de 2006) na ótica dos indicadores do turismo sustentável no município de Cururupu, numa linguagem dos preceitos do desenvolvimento turístico sustentável sob o olhar do planejamento estratégico e do

Plano de Desenvolvimento Sustentável de Bonito – Mato Grosso do Sul, pois este serve de modelo de desenvolvimento sustentável.

Cururupu é considerado o portão de entrada do pólo, e seus atrativos turísticos constituem-se de ilhas, restingas, dunas, praias, rios, floresta amazônica, parcel, bumba-meu-boi, prédios históricos, culinária a base de frutos de mar entre outros. A potencialidade turística da região é uma forte oportunidade para o desenvolvimento sustentável da região.

A escolha por Bonito, como ponto de observação para o município de Cururupu, deu-se pela sua importância no desenvolvimento do turismo sustentável, e pela presença ativa da comunidade e do setor privado em busca de melhorar cada vez mais o turismo na região beneficiando todos. Outro fator a destacar é que Bonito, desenvolve o turismo de forma sistêmica, ou seja, os setores ligados direta e indiretamente ao turismo estão conectados em uma rede, com a participação presente e unificada de todos. Por isso, este deu-se como exemplo para se trabalhar este estudo.

A partir do exposto, delimita-se a questão que se propõe responder neste trabalho. *Como ocorrem, na ótica dos indicadores do turismo sustentável, as metas, objetivos e os macroprogramas de desenvolvimento do Plano Maior, na área de proteção ambiental do município de Cururupu?*

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

- Analisar como as ações do macroprograma de desenvolvimento e os objetivos do Plano Maior são fatores de implantação do turismo sustentável no município de Cururupu – MA.

1.3.2 Específicos

- Verificar qual a relação entre as ações do macroprograma de desenvolvimento e os indicadores do turismo sustentável;
- Identificar como o Plano Maior pretende implantar um turismo sustentável em Cururupu–MA;
- Descrever como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) promove a sustentabilidade na área de proteção ambiental das Reentrâncias Maranhenses;
- Apontar como as metas e objetivos do Plano Maior atendem as necessidades da população de Cururupu;
- Esclarecer como o município pretende adotar condições para atender os princípios do turismo sustentável.

1.4 METODOLOGIA

No estudo será esclarecido como o Plano Maior tem como foco principal o desenvolvimento turístico sustentável para todos os pólos turísticos. Portanto a pesquisa explicará como estes determinantes ajudam a elucidar melhor o processo de implantação do turismo sustentável em Cururupu – MA.

De acordo com Marconi e Lakatos (1996, p.57):

toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Esse material-fonte geral é útil não só por trazer conhecimento que servem de *background* ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários, pode, ainda, sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coleta.

Quanto aos fins será descritiva. Descritiva (simples descrição de um fenômeno), pois dependerá exclusivamente da ação do próprio pesquisador que

será realizada mediante buscas de dados bibliográficos e documentais, sites específicos (turismo, desenvolvimento sustentável, planejamento e outros).

A pesquisa descritiva para Fernandes e Gomes (2006, p. 08):

trata, portanto, de uma modalidade de pesquisa cujo objetivo principal é descrever, analisar ou verificar as relações entre fatos e fenômenos (variáveis), ou seja, tomar conhecimento do que, com quem, como e qual a intensidade do fenômeno em estudo. A pesquisa descritiva pode também ser utilizada para avaliação de programas; sendo que tais estudos podem ou não trabalhar com a formulação de hipóteses e muitas vezes podem servir de base para estudos de relações causais.

De grande utilidade para a metodologia do estudo, são os livros de DIAS (2003a e 2003b), por trabalhar a questão do turismo sustentável e do planejamento turístico. Também são trabalhados os autores Ruschmann (2000, 2004a e 2004b) que enfatiza a importância do planejamento turístico sustentável e da capacidade de carga. Já Petrocchi (1998 e 2001) e Beni (2001) trabalham a questão do sistema de turismo (sistur). Outros autores como Costa (2002), Cooper (2001), Magalhães (2002), OMT (2003a), Swarbrooke (2000) analisam a questão das unidades de conservação, do turismo sustentável, dos impactos do turismo, do planejamento, da qualidade no setor turístico, do papel do governo e da comunidade e do desenvolvimento local.

Além das obras e artigos específicos, este estudo está apoiado em documentos provenientes do Governo do Maranhão, Prefeitura de Cururupu, Secretaria Estadual de Turismo e Secretaria Municipal de Turismo.

Para avaliar os objetivos e o macroprograma de desenvolvimento do Plano Maior no município de Cururupu, fez-se comparações com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do município de Bonito – MS.

2 TURISMO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1 HISTÓRICO E CONCEITOS DO TURISMO

Pretende-se, neste item, registrar a evolução do turismo, até o momento que este chega ao meio acadêmico, e torna-se ferramenta de estudo. Para fundamentar este tópico, utiliza-se trabalhos que fazem análise do aparecimento do turismo, e suas influências para o meio econômico, social, cultural e ambiental.

Sabe-se que o homem é provido de desejos e necessidades que o motivam a tomar as mais variadas decisões em todos os campos para atingir esses objetos. Aspirou em ampliar horizontes, conhecer novas fronteiras, relacionar-se com outras sociedades, enfim, aprendeu a viajar. Ao longo da migração, o homem conquistou terras, lutou, gerou inimizades, mas também conseguiu formar alianças, o que fortaleceu os indivíduos e os grupos sociais. A partir destes deslocamentos foi imprescindível o surgimento de infra-estruturas adequadas para atender as exigências do viajante, criando assim as mais diversas formas de turismo existentes atualmente (ANDRADE, 2000).

Para Beltrão (1999) o turismo acompanha a humanidade desde a.C., pois as caminhadas pelas terras mais distantes, como as regiões da Ásia Central eram práticas constantes que tinham como finalidade o relacionamento humano, a troca de valores culturais e econômicos. Com relação às trocas de valores econômicos, Lemos (2001), argumenta que alguns estudiosos afirmam que o estudo da economia é o estudo das trocas e está relacionado com o interesse para consumo próprio, logo, neste sentido, o turismo possui características econômicas, pois está vinculado a venda de bens e serviços para o consumidor.

O início do turismo dá-se na Grécia, no século VIII a.C. com os jogos olímpicos, devido às pessoas viajarem a cada quatro anos para participar ou divertir-se. Na própria bíblia, há relatos de que as viagens eram comuns entre os povos com o intuito de comércio e de lutas entre romanos e cristãos. Mais adiante, nos séculos II e III, as viagens estavam relacionadas a peregrinações (BELTRÃO, 1999).

O período compreendido entre II a.C. e II d.C. foi marcado pelo movimento de cidadãos em decorrência da construção de estradas pelo Império Romano. Os romanos foram os primeiros a viajar por prazer, pois saíam de Roma para os campos, mar, águas termais, templos e outros (BARRETO, 2001).

Com o aumento do fluxo de viajantes entre lugares, tem-se no século XIII, o surgimento das primeiras hospedarias na Europa. No século XV, o período das grandes navegações, as viagens evoluem e são constantes, devido à busca por “novos mundos”. Percebe-se que até o momento as formas de turismo praticadas (cultural, esportivo, negócios e religioso) não obedecem a um planejamento adequado e nem a uma consciência da preservação do meio ambiente, gerando o surgimento do turismo de massa (turismo com fluxo intenso de viajantes para um mesmo lugar, que contribui economicamente, em contrapartida, prejudica o meio ambiente pela intensidade que ocorre e pela ausência de consciência ecológica) (ANDRADE, 2000).

A partir do período da Revolução Industrial (século XVIII), inicia-se um aumento da prática do turismo, com o surgimento da construção de ferrovias e aumento da oferta de empregos, possibilitando ao homem vantagens como férias e tempo livre, pois o homem precisava de descanso para obter os resultados desejados pelas indústrias, portanto, aproveitava este período para deslocar-se para outro lugar em busca de lazer (BELTRÃO, 1999).

Deste período em diante, o turismo estava transformando-se em objeto de estudo e discussão, pois já era percebido seu potencial econômico. Mas no século XVIII e XIX, ficou marcado também pela percepção e aparição do turismo “romântico” que tinha o ar, as montanhas e a natureza como atrativos para motivação do prazer e do descanso e da contemplação. Novos adeptos do turismo de natureza observam que os resultados da marginalização e da industrialização dos centros urbanos os levam a uma busca pela melhoria da qualidade de vida. Barreto (2001, p. 53) intensifica ao dizer que “até o século XIX, a natureza era vista pelo homem como um desafio, algo selvagem que devia domesticar; depois da industrialização começa a ser vista como algo a ser preservado e desfrutado”. Esta afirmação ressalva a importância do meio ambiente sustentável para o desenvolvimento do turismo a longo prazo, atendendo gerações futuras.

Depois de inúmeras viagens, o turismo foi se organizando e em 1841, o pastor Thomas Cook (inglês) iniciou a primeira viagem organizada, para um

congresso, em que todos os passageiros estavam reunidos numa única viagem. A partir deste período o turismo entra em uma nova fase, utilizando serviços como hotéis, automóveis, navios e guias turísticos. Vê-se que o turismo passa a incorporar uma forma mais organizada e planejada, mas a preocupação com a proteção do meio ambiente não se incluía como primordial, por parte dos organizadores e viajantes.

Outro fator positivo, em prol do turismo, decorre após o período das duas Guerras Mundiais, quando o transporte aéreo entra na competição com o transporte marítimo e terrestre. Complementando, Barreto (2001, p.53) afirma que:

no período entre - guerras, as férias remuneradas passaram a ser uma realidade para uma grande parte da população européia, permitindo que outras classes sociais menos favorecidas economicamente também comessem a viajar, e que todas as classes comessem a aspirar a uma viagem de férias. Concomitantemente, começou-se a implantar o sistema de crediário.

A vantagem de deslocamento mais rápido e tarifa mais em conta, eram pontos positivos que impulsionavam mais ainda a prática do turismo. Iniciando o que chama-se hoje de turismo de massa. De acordo com Beltrão (1999, p. 19) “para que o turismo se torne um fenômeno de massa, as cidades começaram a se transformar, dando características urbanas e planejadas aos mais diversos setores do comércio, indústria e transportes”. Em consequência, as cidades passaram a disponibilizar uma infra-estrutura adequada e confortável para o visitante.

Este tipo de turismo traz benefícios econômicos por meio da geração de emprego e da construção de infra-estrutura de grande porte para adequar-se ao fluxo intenso que este turismo demanda. Já os negativos estão relacionados principalmente a degradação do meio ambiente. Mas há fatores motivacionais diversos (desejo de evasão, necessidade de evasão, necessidade de tranquilidade, motivação cultural e comercial) que impulsionam, na geração de novos tipos de turismo que são “parceiros” do meio ambiente (ANDRADE, 2000).

Para que o turismo desenvolva-se numa determinada região é importante destacar que ele está sustentado em três pilares: transporte, hospedagem e gastronomia, pois sem estes, o destino turístico fica suprido de estrutura adequada para atender os visitantes que chegam para usufruir os equipamentos turísticos. Para o comprometimento dos estudos relacionados ao turismo, é necessário que se

compreenda que esta é uma atividade socioeconômica que gera a produção de bens e serviços para o homem visando à satisfação de diversas necessidades básicas e secundárias (LAGE ; MILONE, 2000).

As definições de turismo aparecem no momento em que estudos científicos foram compreendendo o processo de entrada e saída do turista num determinado ambiente e dos fatores econômicos envolvidos. O primeiro estudo dá-se em 1911, com o austríaco Hermann von Shchullern zu Shattenhoffen que era economista. A partir de 1929, tem a criação da escola berlinesa, em seguida tem-se a escola polonesa e outros estudos fora do contexto da berlinesa, de origem italiana, suíça, espanhola e americana (BARRETO, 2001).

Os conceitos elaborados no período das guerras mundiais não são amplos e são pouco esclarecedores, pois estavam de acordo com a realidade da época (turismo de massa), portanto, são conceitos indeterminados.

Dentre as definições elaboradas sobre turismo, o que melhor se aplica a este estudo é a de Oscar de La Torre (1992 apud BARRETO, 2001, p. 13) que conceitua o turismo como:

o turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Estas colocações levam a entender que o turismo é uma ampla gama de setores e atividades. Cooper et al. (2001) esclarece que o turismo é uma atividade multidimensional e multifacetada por estar em contato atividades econômicas diferentes e por estar em contato com muitas vidas.

A Organização Mundial do Turismo - OMT (2001) afirma que não existe uma definição correta ou incorreta sobre o turismo, pois de alguma maneira estes conceitos contribuem para o aprofundamento do estudo turístico. Devendo, portanto criar um marco conceitual que sirva de referência para o trabalho ou estudo a ser desenvolvido.

Complementando tem-se a afirmação de Barreto (2001, p. 13):

os elementos mais importantes de todas as definições são o tempo de permanência, o caráter não lucrativo da visita e, uma coisa que é pouco

explorada pelos autores analisados, a procura do prazer por parte dos turistas. O turismo é uma atividade em que a pessoa procura prazer por livre e espontânea vontade. Portanto a categoria de livre escolha deve ser incluída como fundamental no estudo do turismo.

Baseando-se nesses fatos históricos e nos conceitos, é possível dizer que o turismo é definido a partir de dois elementos: demanda e oferta. O primeiro entende-se como uma atividade em que as pessoas viajam e permanecem em lugares, que não sejam o de origem por um período não mais que um ano consecutivo, independentemente da atividade realizada. O segundo consiste no agrupamento de empresas relacionadas à atividade turística que servem às necessidades e desejos específicos do turista (COOPER et al., 2001).

Das definições expostas, vale destacar a que é adotada pela OMT (2001, p. 38) “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

É uma definição ampla e flexível por reunir pontos positivos do turismo e tratar de quatro importantes itens que compõem a base do conceito do turismo (motivação, tempo de permanência, atividade desenvolvida e localização).

Em contrapartida, Lemos (2001, p.21) diz que “turismo é o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais”.

Conforme mencionado pela OMT (2001), não existe um conceito central, mas sim um que se adequa a ação que está sendo desenvolvida. Neste caso Lemos, trabalha a questão do planejamento como referência para o bom desenvolvimento do turismo.

O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) entende o turismo como fenômeno, vê o planejamento como área embrionária de atuação e suporte para o desenvolvimento turístico (OLIVEIRA, 2004).

Atualmente, o turismo é um dos segmentos da economia que vem se expandindo a cada ano e beneficiando não só os que estão interligados a ele como também outros setores da economia. Os países que integram a América Latina e Caribe são grandes receptores de turistas estrangeiros (México, Caribe, Costa Rica, Argentina, Chile e Brasil), o que possibilita a geração de empregos e exportações.

De acordo com dados de 2005 da EMBRATUR, o Brasil recebeu aproximadamente 6 milhões de turistas internacionais. Este é o setor que mais contribui para a economia mundial, não esquecendo que é a maior indústria em termos de produção bruta. O turismo vem crescendo de tal forma que hoje vem se configurar numa grandiosa indústria relacionada a todos os setores da economia no mundo.

O comprometimento dos países com relação ao turismo mostra que o cenário global está percebendo a atividade turística como um setor viável, a partir das receitas e benefícios oriundos do mesmo, que diretamente interferem na economia, no meio ambiente e na sociedade. Ansarah (2001, p. 11) complementa ao dizer que:

é bastante provável que a atividade turística esteja chegando a um certo “amadurecimento” devido ao número contínuo e crescente de pessoas que viajam para países considerados de primeiro mundo e que agora descobrem as riquezas e belezas dos países em desenvolvimento. Para muitos desses países, o turismo está se tornando uma base firme para o desenvolvimento.

As proporções que o turismo vem desempenhando seus papéis de forma prática, sem amadorismos, transforma-se paulatinamente, em um dos principais segmentos estratégicos para o desenvolvimento de vários países, consolidando-se assim como um propulsor de sustentabilidade e desenvolvimento local.

Cabe aos setores públicos e privados consolidar o turismo em uma localidade, utilizando ferramentas que minimizem os impactos negativos a serem gerados pelo turismo. Sabe-se que há impactos diversos provenientes desta atividade, portanto no próximo item se destacará seus efeitos.

2.1.1 Impactos da atividade turística

Busca-se identificar neste item os impactos positivos e negativos gerados pela atividade turística, assim como minimizar os negativos para uma melhoria do turismo local. A utilização do turismo deve ser cuidadosamente analisada, pois é de conhecimento que esta atividade gera graves problemas com o desenvolvimento do turismo de massa e exploratório.

Identificar os impactos do turismo direciona a potencializar àqueles que melhor beneficiam a região. Os impactos podem ser: econômicos, socioculturais e ambientais.

2.1.1.1 Econômico

Para Cooper et al. (2001) as vantagens econômicas são as que apresentam as principais forças propulsoras para o desenvolvimento da atividade turística. Esta afirmação complementa o conceito de Lemos (2001), estudado no início deste capítulo, quando o autor fala da troca de valores. Em outras palavras, Cooper et al. (2001, p. 159) diz que “o significado econômico do turismo é determinado não apenas pelo nível de atividade turística que está acontecendo, mas também pelo tipo e pela natureza da economia em questão”.

A influência do turismo para os países em desenvolvimento, como o Brasil, vê nesta atividade uma rápida injeção de divisas, que contribui para o desenvolvimento econômico (OMT, 2001).

Para entender as suas vantagens, existem estudos sobre os impactos econômicos do turismo, em que são medidas as diferentes formas, pois cada um adapta-se a uma finalidade desejada. A OMT (2001) trabalha o impacto econômico originado pelo gasto turístico e o causado pelo desenvolvimento da atividade turística, além dos benefícios e dos custos. Já Cooper et al. (2001) alega que a medição do impacto econômico do turismo está além da utilização de cálculos das despesas turísticas.

Resumindo, essas formas de calcular o impacto econômico não vão de encontro ao estudo, portanto utiliza-se os principais ensinamentos deles, juntamente com Ignarra (1999), e conclui-se que os impactos positivos são: geração de impostos; geração de empregos; aumento de investimentos (infra-estrutura); redistribuição de renda; aumento das receitas; aumento do recebimento de divisas; aumento do PIB; equilíbrio na balança nacional de pagamentos e propulsor de atividade empresarial.

Já os negativos são: possível inflação de produtos e serviços oferecidos; perda de benefícios econômicos potenciais (ex.: lucro obtido em Cururupu, vai para

o país de origem dos investidores); migração de mão-de-obra de áreas rurais para áreas urbanas e importação de mão-de-obra de outro país, pois a renda ganha com este tipo de trabalho pode ser repatriada.

Os impactos econômicos que o turismo representa para uma determinada localidade podem trazer inúmeros significados positivos, desde que seja trabalhado corretamente e visto como “uma força propulsora” para o desenvolvimento e não somente “a força propulsora”. Pois a “dependência” da atividade turística pode “banir” o incentivo de outros setores da economia (COOPER et al., 2001).

Dias (2003b, p. 11, grifo do autor) afirma que “um destino turístico pode ter um *boom* de procura de um momento para o outro, mas também pode entrar em decadência com a mesma velocidade com que cresceu”. Ruschmann (2004b, p. 110) adiciona, dizendo que “muitas destinações turísticas que atingiram o ponto de dependência total do turismo e, para viabilizarem-se economicamente necessitam de grande número de turistas (turismo de massa)”. Essa vinculação é um fator discutido no sentido de preservação do meio ambiente e da cultural local, pois com um fluxo alto, a capacidade de carga da localidade ultrapassa o seu limite, ocasionando diversos problemas para os residentes (ex.: falta de água e comida, congestionamento no trânsito entre outros).

Entendendo que o turismo passa por períodos de sazonalidade, a sua não “dependência” é fundamental para que outros setores da economia possam conciliar com os períodos de baixo fluxo e também gerar impactos positivos para a localidade. Existem formas de administrar a sazonalidade, com o incentivo de turismo de eventos (negócios, esportes, acadêmicos etc), para manter um fluxo razoável e permitir o funcionamento dos equipamentos turísticos, e conseqüentemente a mão-de-obra local.

2.1.1.2 Ambiental

Com o *boom* do turismo e o incentivo a realização de eventos, a localidade gera divisas e investe em infra-estrutura adequada para atender as necessidades do turista. Por isso, é importante verificar que tipo de impacto a localidade deseja com o advento do turismo. Atualmente uma das grandes

preocupações está relacionada com o meio ambiente. Para Cooper et al. (2001, p.184):

o ambiente, seja ele natural ou artificial, é o ingrediente mais fundamental do produto turístico. Entretanto, no momento em que a atividade turística acontece, o ambiente é inevitavelmente modificado, seja para facilitar o turismo ou durante o processo turístico. A preservação ambiental e os programas de melhoramento são agora uma parte fundamental de muitas estratégias de desenvolvimento e tais considerações são tratadas com muito mais respeito do que eram durante a primeira metade do século XX.

O turismo por mais que seja mínimo, gera impactos ambientais, mas por outro lado, vê-se que o turismo pode forçar governos a preservarem áreas naturais, através da criação de Parques Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Florestais, entre outros com o intuito de conservar e aliar o conforto da comunidade e turista.

Por outro lado, Magalhães (2002) diz que a forma predatória do turismo ao se apropriar de lugares, leva a uma discussão importante, com relação a sustentabilidade e a necessidade de torna-se menos impactante tanto para o ambiente natural quanto para o social.

Devido inúmeros estudos e conscientizações com relação ao meio ambiente, há uma tendência para a prática de um turismo mais individualizado e preservacionista. A autora Ruschmann (2004b, p.9) denomina turismo contemporâneo, dizendo que é a “busca do verde e da fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer”.

Esse conceito está relacionado à preocupação do bem-estar do indivíduo na natureza, pois as metrópoles urbanas estão carentes deste ambiente natural e o lazer acaba sendo levado para as atividades da cidade. Por isso a busca pela tranquilidade e pelo verde, vem provocando o aparecimento de um turismo ecológico ou ecoturismo. Além disso, “a busca de alternativas ao turismo tradicional tem levado à exploração de lugares novos, em muitos casos, com ecossistemas frágeis que correm o risco de uma rápida e irreversível degradação” (OMT, 2001, p. 228).

Proteger o meio ambiente é menos oneroso e mais fácil do que buscar alternativas para corrigir os danos causados pelo turismo.

O turismo é um consumidor de recursos naturais, pois o ambiente (natural ou artificial) é o ingrediente para sua realização. Portanto não é possível desenvolver turismo sem impactos ambientais, pois a partir do deslocamento do turista para

consumir o produto, ele está impactando o meio ambiente, por meio das ferramentas utilizadas para locomover-se, hospedar-se, entre outros. Mas é possível, mediante o planejamento, gerenciar o desenvolvimento do turismo com o intuito de garantir a preservação e conservação do ambiente natural.

O lado positivo do impacto ambiental está relacionado com: preservação e restauração de monumentos antigos, locais e prédios históricos; manutenção de florestas; proteção de recifes e praias; melhoria na qualidade ambiental dos atrativos; iniciativa de planejamento, por parte do setor público a fim de melhorar a qualidade ambiental. E os negativos são: caça e pesca; erosão de dunas; aumento do lixo em locais impróprios e sem tratamento; poluição do ar, água e sonora; diminuição da área construída; migração de animais; despejo de esgoto no mar e rios; abertura de trilhas (COOPER et al., 2001).

A conscientização ambiental por parte dos moradores e turistas no processo de produção e consumo poderá trazer benefícios a longo prazo, como exemplo, têm-se o macroprograma de sensibilização do Plano Maior que desenvolve atividades correlacionadas à conservação e preservação do meio ambiente, cultura e atendimento, indicando o uso eficaz do turismo.

2.1.1.3 Sociocultural

O contato entre pessoas, devido o deslocamento ocasionado pelo turismo, envolve o ser humano em grupos ou sociedades existentes levando-os a troca de cultura, idéias e pensamentos. O encontro se dá pela compra de bens e serviços e ocupação do mesmo ambiente físico.

Cooper et al. (2001) acrescenta que o turismo é pessoal, ou seja, deve ser consumido pelo turista na destinação de visita. Portanto, o morador do local de visitação entrará em contato com o visitante durante o período de estadia. Nesta fase implicará em impactos positivos ou negativos.

Não é necessário que o morador esteja em contato com o turista, para que tenha algum tipo de impacto. Cooper et al. (2001) trabalha duas formas de impactos: indiretos e induzidos. O primeiro está relacionado com as mudanças sociais que acompanham o ambiente com o advento do turismo, por meio de comunicação,

transporte e infra-estrutura. O segundo com o aumento do nível local, devido o fluxo intenso do turismo, ocasionando um aumento do consumo e multiplicando e acelerando as necessidades e mudanças sociais.

Esses autores complementam ao dizer que “o verdadeiro impacto sociocultural é muito mais abrangente e engloba efeitos diretos e indiretos, de forma semelhante aos impactos econômicos” (COOPER et al., 2001, p. 202).

Deve-se entender que o nível de impacto varia de acordo com o tipo de turismo praticado na região, ou seja, o de massa pode causar mais impacto negativo e o ecoturismo mais impacto positivo. Alguns autores dizem ainda, que o nível de impacto depende do tipo de turista que visita a localidade, pois a magnitude dos impactos se relacionará às diferenças sócio-culturais existentes.

Plog (1977 apud OMT, 2001) em sua teoria, subdivide os turistas de acordo com suas características psicofísicas:

- a) *Alocêntricos*: são os turistas de poder aquisitivo maior e sentem-se atraídos por destinos desconhecidos, onde não haja um desenvolvimento turístico prévio. É o caso do município de Cururupu, que de acordo com o Plano Maior tem como público-alvo ecoturistas e pesquisadores;
- b) *Psicocêntricos*: turistas com renda um pouco mais baixa. Buscam cenários familiares (ex.: Porto Seguro - Bahia). Não se aventuram a lugares desconhecidos e necessitam de infra-estrutura de alto nível.

É difícil tomar decisões com relação ao fluxo de visitantes, pois empresários e o poder público, na maioria das vezes, buscam um desenvolvimento turístico com intensidade. Deve-se enfatizar a importância da limitação do fluxo turístico, por meio da capacidade de carga (ver capítulo 6) do ambiente em suportar um número adequado de visitantes por período. Por isso frisa-se que é possível dotar a localidade com uma estrutura turística de qualidade e compatível com o meio ambiente, direcionado para o público desejado.

Por fim, pode-se destacar os impactos positivos e negativos. Sendo os positivos: melhoria da infra-estrutura (coleta de lixo, comunicação, instalações sanitárias, entre outros); residentes estimulam-se pela cultura local, tradições e costumes, além do patrimônio histórico e cultural; intercâmbio cultural entre os locais e os visitantes; melhoria na qualidade de vida. Os negativos estão relacionados com: colonialismo, por parte dos países em desenvolvimento, com relação a dependência de divisas estrangeiras, ocasionando o aumento do crime, prostituição e outros;

descaracterização da cultura local; congestionamento, multidão, aumento da criminalidade; perda da linguagem; mudanças nas atividades tradicionais (OMT, 2001).

Doxey (1975 apud OMT, 2001) elabora uma medição das relações entre turistas e moradores para medir o nível dos impactos socioculturais que venham ocorrer na localidade, a partir da atividade turística:

- 1- *Fase de euforia*: aparição do turismo, portanto desperta entusiasmo na população;
- 2- *Fase de apatia*: turismo é visto como negócio lucrativo;
- 3- *Fase de irritação*: quando o turismo alcança os níveis de saturação no local;
- 4- *Fase do antagonismo*: o turismo é considerado a causa de todos os males;
- 5- *Fase final*: os atrativos turísticos não atraem mais o turista.

Em síntese, o turismo influencia diretamente na estrutura social de uma região, pois inúmeras são as possibilidades de ganhos para todos os envolvidos, ficando claro no estudo de Doxey que para a relação turista-comunidade não ultrapassar a fase 2, os princípios fundamentais do desenvolvimento da atividade turística (planejamento, capacidade de carga, consenso e participação da comunidade e conscientização dos turistas) devem ser seguidos e constituem-se aspectos-chaves para atuação eficiente do turismo.

Argumentou-se neste tópico, os ganhos e as perdas com a atividade turística em uma região. É um setor que cresce a cada ano, e necessita de recursos (materiais, financeiros, físico, etc.) para o bom planejamento e execução. A participação de agentes “turísticos” e comunidade completam, ao entender que o fenômeno “turismo” traz benefícios, se bem empregado, caso contrário, todos perdem com as mazelas que este traz para o ambiente onde está inserido.

Portanto, os ambientes naturais que são os primeiros a serem “atingidos” pelo turismo, devem estar sob os cuidados legais do setor público, através de unidades de conservação ou de leis de proteção, ou algo similar, para que se “freie” ou discipline o turismo. No próximo item destaca-se as unidades de conservação, e como estas contribuem para a formação do turismo sustentável em áreas protegidas legalmente.

2.2 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A criação de unidades de conservação e sua contribuição para a manutenção do meio ambiente e estímulo para o desenvolvimento do turismo são objetivos de estudo deste item.

Destaca-se alguns tipos de unidades de conservação (UC) que protegem o ecossistema do município de Cururupu. Nesse sentido estrutura-se o capítulo em ordem primária, com a lei máxima e suas ramificações para elucidar seus objetivos e entender o papel do poder público na preservação do meio ambiente e no fomento do turismo ecológico.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é o conjunto de unidades de conservação (federais, estaduais e municipais) do Brasil, e sua aprovação no Congresso Nacional foi datada em 19 de julho de 2000, instituindo-se assim a lei nº 9.985. Os objetivos do SNUC são:

- I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII – proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (COSTA, 2002).

Dentre os objetivos descritos, o XII está relacionado à prática do turismo e a recreação, ou seja, integra o turismo como promotor de preservação de uma unidade de conservação, favorecendo o contato do homem com o meio ambiente, além de construir um senso crítico em relação a manutenção dos ecossistemas.

Mesmo com os objetivos esclarecidos acima, o SNUC, assim como inúmeras leis, existe pontos positivos e negativos, de acordo com o ponto de vista do pesquisador variando também de acordo com a localidade.

Kelecom e Bernardo (2004) fazem uma análise crítica do SNUC enfocando os aspectos positivos e negativos, onde os positivos estão relacionados à aplicação dos recursos provenientes da cobrança de taxa de visitação nas próprias unidades de conservação e a criação de outros mecanismos financeiros. Os negativos estão voltados para a emissão dos recursos obtidos para o Tesouro Nacional, apesar da previsão da lei de que os recursos deveriam permanecer nas UC.

Outro ponto a ser destacado é que o SNUC por ser de âmbito federal, delega objetivos principalmente para o poder público. Vê-se que não há menção ao setor privado e comunidade, no envolvimento da aplicação dos objetivos.

Muitas unidades de conservação como a APA das Reentrâncias Maranhenses, não dispõe de fiscalização intensa por parte de órgãos públicos (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Secretaria Municipal de Meio Ambiente), atuando na região, aplicando os meios de conservação do meio ambiente. Vale destacar, que em Cururupu não há um posto de fiscalização do IBAMA.

Mas boas ações estão sendo realizadas pelo IBAMA – MA em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para a criação do Centro Nacional de Pesquisa e Gestão em Áreas de Manguezais do Maranhão, portanto de acordo com Redmanglar (2006, p. 01):

o Maranhão é o estado que possui quase a metade dos manguezais do Brasil e a maior área contínua desse ecossistema no mundo, com uma cobertura de aproximadamente 500 mil hectares ao longo da costa de 670 km sob um regime de variações de marés que podem chegar a oito metros. [...] O Centro pretende possibilitar a capacitação e o treinamento de servidores do instituto em todo o país para atender a demandas em regiões de manguezal, implantar projetos de recuperação de áreas degradadas, registrar e difundir o conhecimento e a cultura das comunidades tradicionais que vivem dos recursos naturais relacionados, além de incentivar pesquisas para melhor compreensão da ecologia e do funcionamento desse ecossistema de rica biodiversidade.

A Reserva Extrativista de Cururupu e a APA das Reentrâncias serão beneficiadas com este novo Centro de Pesquisa, o que possibilitará uma aproximação da comunidade com os manguezais, que são fonte de alimento para as regiões costeiras, área de abrigo e reprodução de diversas espécies marinhas e terrestres, remoção ou imobilização de poluentes etc.

Há dois grupos de unidades de conservação que integram o SNUC; as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. Sendo que o primeiro é composto por: 1- estação ecológica; 2- reserva biológica; 3- parque nacional; 4- monumento natural; 5- refúgio de vida silvestre. O segundo por: 1- área de proteção ambiental; 2- área de relevante interesse ecológico; 3- floresta nacional; 4- reserva extrativista; 5- reserva de fauna; 6- reserva de desenvolvimento sustentável; 7- reserva particular do patrimônio natural (COSTA, 2002).

Esses grupos são grandes opções de turismo ecológico, que para Dias (2003b, p. 134):

esse conjunto de unidades de conservação oferece rica diversidade biológica e proteja uma boa perspectiva para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Cada uma dessas unidades apresenta atrativos únicos e exclusivos que poderão atrair apreciadores da natureza em grande número nos próximos anos, desde que sejam estabelecidas condições de acomodação e atendimento adequadas às exigências desse público.

O município de Cururupu está inserido no segundo grupo, pois está situado na APA das Reentrâncias Maranhenses e é uma Reserva Extrativista. Essa fragilidade do ambiente natural encontrada em Cururupu exige um planejamento conjunto dos órgãos públicos e privados para o incremento do turismo sustentável. Por isso a importância do setor público em criar leis que protejam o meio ambiente.

2.2.1 Caracterização de unidades de conservação

A questão ambiental é um tema tratado no Brasil desde o período colonial, quando os portugueses vieram para o Rio de Janeiro e fundaram jardins botânicos e hortos. No Brasil, o primeiro fato marcante foi na década de 30 quando foi criado o 1º Parque Nacional, o de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro. Esse parque e outras unidades de conservação eram geridos até 1965, pelo Ministério da Agricultura. Com a criação da Lei nº 4.771/65 foi revogado o Código Florestal vigente.

Mas somente a partir da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, é que se inicia no país um processo de conservação e preservação de suas áreas naturais através de leis e decretos, culminando com a constituição de 1988 que vem assegurar a proteção dos ambientes naturais brasileiros. No entanto Costa (2002, p. 21) pondera:

embora a criação ocorra oficialmente mediante diploma legal, a existência da UC apenas se dá após a adoção de medidas concretas, ou seja, que efetivem a sua criação, tais como: demarcação de terreno; instalação de infra-estrutura; colocação de recursos humanos, entre outros. As UC podem ser vinculadas a diferentes órgãos administrativos, de acordo com sua natureza, seu objetivo e seu estatuto.

As UC são constituídas por área de proteção ambiental, parques, reservas, horto florestal, entre outros. Para criar oficialmente uma UC é necessário que a federação, o estado ou o município verifique a importância de proteger um determinado patrimônio natural constituído por diversos ecossistemas e tenha a iniciativa de solicitar um laudo técnico de viabilidade ao órgão responsável pelo meio ambiente nas esferas federal ou estadual. Se o parecer for positivo, a lei pode ser criada, aprovada e promulgada (FERNANDES, 2003).

O Maranhão possui 14 unidades de conservação (ANEXO 1), sendo que recentemente foi criado o Parque Nacional da Chapada das Mesas, em 12 de dezembro de 2000. Mesmo com a falta de recursos ou planejamento adequado vê-se inúmeras UC, sendo transformadas em produtos turísticos, a exemplo do caso do Maranhão como a APA das Reentrâncias Maranhenses, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (Leste do Maranhão), Parque Nacional da Chapada das Mesas (Sul do Maranhão) e o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen (São Luis).

2.2.2 Área de proteção ambiental

A área de proteção ambiental, por se tratar de uma unidade de conservação tem por finalidade proteger as paisagens significativas de interação harmoniosa entre o homem e a natureza, além de possibilitar oportunidades de turismo e lazer, dentro das tradições socioeconômicas e culturais dessas áreas.

Para Costa (2002, p.33):

a Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Distintamente das outras UC, as APAs podem estar inseridas em terras de propriedade privada, e também não há necessidade de desapropriação para a criação da mesma. Portanto uma APA não impede que o desenvolvimento da região seja realizado, além de permitir a permanência das atividades humanas do local, desde que comprovado que as atividades produtivas lá existentes não degradam o meio ambiente.

O processo de implantação de uma APA envolve diversas etapas e procedimentos legais e técnicos. A criação, por meio de instrumento legal (lei, decreto, resolução ou portaria), constitui apenas o primeiro passo que deve ser seguido pela regulamentação dessas leis e decretos e pela implantação de um complexo sistema de gestão ambiental. Devem ser definidos criteriosamente os instrumentos gerenciais, como o zoneamento ambiental, o plano de gestão e os instrumentos fiscais e financeiros para garantir o cumprimento dos objetivos básicos da área de proteção ambiental (COSTA, 2002).

A APA está condicionada ao SNUC, e faz parte da categoria de Grupos de Unidades de Uso Sustentável, podendo ocorrer atividades turísticas. Na maioria delas não há investimento público, o que compromete a qualidade da unidade e do atendimento ao público. Costa (2002, p. 40) esclarece:

faltam, em diversas UCs, estudos limitantes de áreas e das possibilidades de exploração turística, principalmente porque a maioria dos Parques – em todos os níveis federal, estadual e municipal - não possui plano de manejo. A

não existência do plano de manejo dificulta a gestão da área e, conseqüentemente, o correto desenvolvimento do turismo.

Do mesmo modo, Dias (2003b, p.136) completa ao dizer que:

ocorre que muitos dos problemas que surgem, nas áreas naturais protegidas, são devidos à má administração dessas áreas, à falta de pessoal especializado, parcerias malfeitas com instituições privadas dedicadas à exploração do turismo de natureza, entre outros relacionados com a gestão.

Caso houvessem investimentos adequados para a prática do turismo sustentável, ecológico, ecoturismo em APAs, este seria um promotor de benefícios socioeconômicos e ambiental e traria inúmeros ganhos para a região como:

- a) a geração de emprego local, tanto diretamente no setor turístico como nos diversos setores auxiliares e de gestão de recursos;
- b) a geração de divisas;
- c) a diversificação da economia local, em especial nas zonas rurais e no entorno, em que o emprego na agricultura é esporádico e insuficiente;
- d) o estímulo ao aperfeiçoamento das infra-estruturas de transportes e comunicação locais, com conseqüentes benefícios para a população local;
- e) a criação de instalações recreativas que podem ser utilizadas tanto por comunidades locais como por visitantes;
- f) uma correta organização, que possa proporcionar um mecanismo de autofinanciamento para a manutenção do parque e, portanto, servir de instrumento para a conservação do patrimônio natural. (DIAS, 2003b)

O turismo atrai investimentos para a região, principalmente em locais de natureza, onde as exigências com a proteção do meio ambiente são maiores. Portanto, as unidades de conservação beneficiam-se diretamente com equipamentos turísticos de qualidade e com o entorno.

No capítulo 5, detalha-se a APA das Reentrâncias Maranhenses, com seu conjunto de atrativos naturais, que se bem explorados pelo homem torna-se um potencial para a exploração do turismo sustentável.

2.2.3 Zoneamento ecológico-econômico

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é uma ferramenta de planejamento, que se traduz na sistematização da informação, integrada a uma base geográfica seja ela bacia hidrográfica, município, cidade ou região, desde que essa sistematização permita identificar e classificar o território segundo as suas potencialidades e vulnerabilidades, possibilitando o planejamento do uso e a gestão dos recursos naturais. (BRASIL, 2005)

Adicionando, Steinberger e Romero (2000, p. 01) afirmam que “O Zoneamento Ecológico-Econômico é um instrumento de planejamento do ordenamento territorial que vem sendo elaborado em algumas regiões prioritárias de determinadas macro-regiões do Brasil, especialmente na Amazônia”.

Já para o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2005, p. 01) o zoneamento ecológico-econômico:

requer um conjunto de conhecimentos das atividades e das complexidades de cada subespaço e envolve uma multiplicidade de análises temáticas, cuja interdisciplinaridade dependem dos resultados a serem alcançados. Os estudos visam principalmente a análise e interpretação da dinâmica ecológica e da organização sócio-econômica que vão afetar a oferta ecológica e as relações entre o homem e a natureza; e também a capacidade de suporte dos ecossistemas com o objetivo de garantir a estabilidade e produtividade de acordo com as possibilidades de utilização dos bens naturais.

Tem-se na década de 90, a criação do ZEE do Pólo Turístico Floresta dos Guarás que engloba os municípios de Cururupu, Mirinzal, Central do Maranhão, Guimarães, Cedral, Porto Rico, Serrano do Maranhão, Apicum-Açu e Bacuri.

Com a elaboração do ZEE do pólo, que está inserido na APA das Reentrâncias Maranhenses, este propõe que a partir do conhecimento do potencial e da disponibilidade dos recursos naturais e econômicos e de todo o seu grupo social que depende da influência do pólo, se priorizem políticas de desenvolvimento coerente com os princípios de sustentabilidade social e ambiental.

O ZEE-MA tem como objetivos orientar o processo de uso e ocupação da terra alvo da implantação de programas de desenvolvimento; elaborar macro diagnóstico e macro zoneamento; envolver a comunidade local no processo de educação ambiental a partir da valorização do meio que residem; envolver órgãos

governamentais e não-governamentais para atuar de forma participativa, responsável e construtiva. Por ordenar o uso do solo para fins de utilização e manejo dos recursos naturais existentes, o zoneamento acaba desempenhando um papel importante como ferramenta gerencial para garantir o cumprimento da função das APAs.

Para que seus objetivos sejam cumpridos, é importante a participação ativa de entidades governamentais, que monitorem e cooperem entre si, para o desenvolvimento sustentável e a realização das metas seja estabelecida. Adicionando Steinberger e Romero (2000, p.03) “consideram que para a execução do ZEE, é necessária uma ação integrada e descentralizada do Governo Federal com participação efetiva dos Estados, tanto no planejamento como na implementação das intervenções em seus territórios”.

Com a implantação do ZEE-MA, a APA das Reentrâncias Maranhenses obteve um aumento de pesquisas e debates sobre o seu potencial natural e turístico, tornando-se hoje uma das áreas de grande importância do meio ambiente no Estado. Atualmente o poder municipal tem agido de forma tímida com a ocorrência de seminários, oficinas e palestras relacionadas à temática sobre meio ambiente, trabalho, progresso e cidadania.

Destaca-se que hoje o município é uma Reserva Extrativista e que existem projetos relacionados às áreas de mangue, parcel de Manoel Luis e ilha dos Lençóis.

No caso do município de Cururupu, portão de entrada do Pólo Floresta dos Guarás, deve-se tratar os empreendimentos turísticos e as ações do ZEE como de responsabilidade dos seus agentes - União, Estado, Município, iniciativa privada e comunidade local, já que o turismo envolve todos esses agentes. Mais uma vez a cooperação deve entrar ativamente na promoção e implementação de um turismo sustentável, em áreas de cuidados especiais como o caso estudado.

2.2.4 Plano de manejo

Outro instrumento do planejamento, que contribui para a preservação e exploração sustentável é o Plano de Manejo. O Ministério do Meio Ambiente (2001)

conceitua-o como uma ferramenta que possibilita a implementação e avaliação de projetos que defendam os potenciais das UCs. A propósito, podemos dizer que é um projeto dinâmico que determina o zoneamento da área, distinguindo cada zona e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades. Em síntese, é um mapeamento detalhado da região, incorporando diversos aspectos, características e interesses.

O plano de manejo pode caracterizar-se de quatro maneiras:

- a) *Gradativo*: a evolução dos conhecimentos sobre os recursos da UC condiciona a ampliação e o aprofundamento das ações de manejo sobre os seus recursos;
- b) *Contínuo*: a cada fase será englobado os conhecimentos e ações da fase precedente. Cada fase é planejada já durante a implementação da fase anterior;
- c) *Flexível*: apresenta possibilidade de agregar novos conhecimentos e eventuais correções;
- d) *Participativo*: devido o envolvimento da comunidade no planejamento e também a cooperação das populações vizinhas e a melhoria da sua qualidade de vida. (BRASIL, 2001)

Na elaboração dos planos de manejo, são designadas áreas para a atividade turística, o que facilita o desenvolvimento desta atividade. Mas a maioria das UCs não possuem plano de manejo, ocasionando em alguns casos impactos negativos ao meio natural.

Costa (2002, p. 40 - 41) esclarece que:

a não existência do plano de manejo dificulta a gestão da área e, conseqüentemente, o correto desenvolvimento do turismo. Esse documento é fruto de um intenso trabalho de pesquisa e abarca múltiplas áreas de conhecimento científico – geografia, botânica, história, direito, geologia, zoologia, engenharia, medicina, entre outras – aliadas ao saber das populações diretamente envolvidas com a UC estudada. Age como instrumento regulador que define e delimita o uso adequado em zonas específicas e cria normas para essa utilização. A ausência histórica de investimentos públicos nas unidades de conservação – em todos os níveis – é constatada pela pequena quantidade de UCs que possuem planos de manejo, sendo menos ainda o número destas que o conseguiram implementar.

Para satisfazer as necessidades mínimas da população e dos turistas, a oferta de infra-estrutura mínima é essencial.

No Maranhão, o IBAMA e o Governo do Estado estão executando o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e Parque Estadual Marinho do Parcel de Manoel Luis, sendo o parcel pertencente ao município de Cururupu. O parcel possui uma área de 45.237ha., sendo uma região oceânica onde ocorreu falhas com afloramentos rochosos, que deram origem a extensa formação coralina.

O plano de manejo e o zoneamento são programas que contribuem para o descobrimento da riqueza natural da região, e delimitam áreas para cada atividade que se possa desenvolver, reunindo a comunidade, pesquisadores, turistas, investidores, etc., num círculo de cooperação com o meio ambiente.

2.2.5 Plano de turismo em unidade de conservação

Conforme visto nos itens anteriores deste capítulo, há planos específicos que são benéficos para a proteção do ambiente natural. No turismo, existem planos especiais para unidades de proteção. Para desenvolver este item, baseia-se na pesquisa de Eagles et al. (2002) intitulada Sustainable Tourism in Protected Areas (Turismo sustentável em áreas de proteção). Para aprimorar um plano de turismo voltado para as unidades de conservação, como o caso da APA das Reentrâncias Maranhenses, existem características necessárias que compõem o plano.

O plano representa as aspirações futuras e as condições de como proteger, além da eficiência e do equilíbrio na trajetória a ser direcionada para o futuro. O plano deve detalhar especificamente os objetivos e metas, baseados na legislação vigente, no caso o SNUC, e descrever os objetivos do desenvolvimento turístico na região e especificar o gerenciamento das ações, das receitas, financiamentos e o zoneamento necessário para atingir as metas.

Para melhor visualização, exemplifica-se com um modelo prático de plano de turismo em UC:

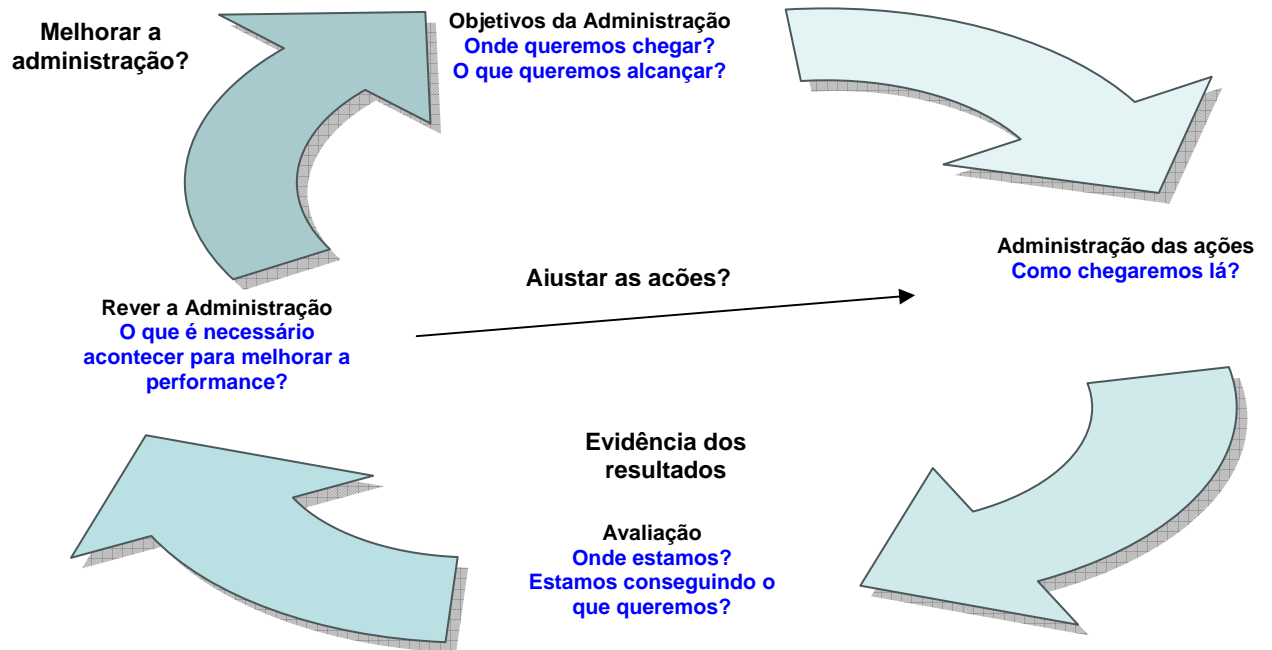


Gráfico 1: Sistema de planejamento em áreas de proteção ambiental
 Fonte: Eagles et al., 2002, p. 42

Com a elaboração de um planejamento orientado especificamente para as unidades de proteção, como a APA das Reentrâncias, o turismo contribuiria para um desenvolvido em nível local e sustentável.

Trabalhar o turismo sustentável nos pólos do Plano Maior deve ser tomado como base que o turismo é uma parte da idéia do que seja desenvolvimento sustentável (WIGHT, 2002).

Dos cinco pólos turísticos do Maranhão, quatro estão relacionados ao meio ambiente e um com o meio cultural e histórico, onde no Pólo da Floresta dos Guarás há a APA das Reentrâncias Maranhenses, no Pólo dos Lençóis Maranhenses há o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Pólo da Chapada das Mesas, existe o Parque Nacional da Chapa das Mesas, e Pólo do Delta das Américas, tem-se o Delta do Parnaíba e o Pólo de São Luis tem-se a capital, que é Patrimônio da Humanidade, título concebido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.

Mediante o esclarecido, em cada pólo deveria ser estabelecido um levantamento da capacidade de carga e do tipo de visitante (tabela 1) que se sente atraído pelo produto turístico, para então direcionar a “promoção” para o turista específico. Pois direcionando o marketing a um segmento apropriado para cada

atributo cultural ou biofísico, conseqüentemente haverá uma redução dos impactos em unidades de conservação, e aumentará os benefícios econômicos e a satisfação do turista.

Segmentação de Visitantes	
Segmento	Descrição
- Sócio-demográfico	Idade, sexo, ocupação, origem, nível escolar, etnia, religião, renda. É um segmento que está entre 30 e 65 anos, com características diferentes e participam de várias atividades.
- Geográfico	Origem e distância entre cidades. Geralmente são visitantes locais ou visitantes internacionais.
- Psicográficos	São considerados os “mochileiros”, pois procuram aventura, locais distantes de tudo. São ecoturistas e gostam de atividades, produtos e serviços ligados ao meio ambiente.
- Participação em atividades	São os turistas de camping ou que apreciam a vida. Geralmente participam de várias atividades, e em cada atividade tem expectativas diferentes de acordo com a área.
- Participação intensa	São os turistas que são freqüentes ou os iniciantes. São viajantes que geralmente tem já conhecem as expectativas com relação às unidades de proteção, além de serem mais envolvidos e terem um cuidado maior.
- Percebem os benefícios	São aqueles que esperam benefícios com o envolvimento da viagem (são os praticantes de rafting, canoagem, trekking, entre outros). Estão em família ou em grupos de amigo. Esperam uma sintonia com o meio ambiente. Pode ser identificado pelas características dos produtos que utilizam.

Tabela 1: Segmentação de visitantes
Fonte: Eagles et al., 2002, p. 22

A tabela acima mostra que todos os visitantes têm uma atração diferenciada pelo tipo de atrativo natural. Por mais que sejam “eco-turistas”, a expectativa é diferenciada de acordo com a atividade a ser realizada, ou o ambiente a ser visitado. Por isso, o marketing deve estar direcionado corretamente ao segmento que se deseja alcançar. O marketing verde é um recurso positivo que contribui para direcionar o público-alvo. Polonsky (1994, p. 02) afirma ao dizer que o marketing verde “consiste nas atividades designadas a generalização e as facilidades que satisfazem os desejos e necessidades do homem, sem um mínimo impacto ao ambiente natural”.

Estas características da segmentação identificadas deveriam estar descritas no Plano Maior, no momento que ele define seu público-alvo. Pois o plano

define o perfil de visitante somente por região, como se o visitante daquele país ou estado, fosse mais importante ou característico para o turismo desejado.

Neste tópico teorizou-se a forma que entidades públicas detêm para manter a natureza preservada, conseqüentemente contribuindo para o desenvolvimento da região onde se encontra.

Viu-se que o turismo pode tornar-se uma das principais chaves para ampliar esse entendimento do homem com o meio ambiente, beneficiando ambas as partes. Por essa razão compõem objetivos e metas do SNUC, UC, ZEE e Plano de Manejo, pois o planejador deve entender o turismo como um auxiliar para a manutenção e geração de renda para a comunidade e para a região num todo, contribuindo financeiramente para a preservação. Trabalhar o desenvolvimento sustentável do turismo nessas UC aparece neste momento como um parceiro ecologicamente correto para a utilização dos recursos naturais, mantendo-os para as gerações futuras.

Nesse sentido, no próximo tópico conceitua-se desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e ecoturismo, baseados nas ações internacionais que vem ocorrendo no mundo que contribuem para um desenvolvimento turístico sustentável.

2.3 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL

A sociedade está mais consciente com o meio ambiente, portanto, governos têm começado a modificar suas percepções para atender este entendimento da sociedade. Alguns governos têm aceitado conceitos como gestão ambiental e minimização dos impactos, e os têm integrado aos princípios da sustentabilidade nas atividades organizacionais (POLONSKY, 1994).

No turismo, uma das atuais preocupações do homem com relação à viagem, está em descobrir locais de natureza preservada. Para a região captar o “alocêntrico”, ela deve preparar uma base sustentável, para atender suas exigências. Por isso, neste item, trabalha-se o conceito de desenvolvimento sustentável do turismo e as ações globais de interesse para o meio acadêmico e

profissional, que aplicam / seguem as diretrizes ambientais consolidando um mundo melhor.

A emergência de um novo turismo menos impactante, é o objetivo específico deste item. Relaciona-se o turismo sustentável e o ecoturismo, e como estes contribuem para o fomento do turismo qualitativo.

A importância do meio ambiente no âmbito acadêmico e político surgiram na segunda metade do século XIX, em nível mundial, originando estudos e pesquisas com temáticas ambientais. O ano de 1948 foi o marco da Reunião de Roma, que por meio de autoridades, perceberam os problemas ambientais como atuais e de responsabilidade do ser humano.

A partir de “temas emergentes” sobre sustentabilidade, os governantes entenderam a sua importância para o desenvolvimento equilibrado e ecológico das nações. Esses temas estão relacionados às áreas de meio ambiente, educação, saúde e responsabilidade social. Sendo que no turismo, todos possuem uma conexão para o bom desenvolvimento do mesmo (MELO NETO & BRENNAND, 2004).

O desenvolvimento sustentável é estudado com maior profundidade a partir da Conferência sobre Biosfera em 1968, que despertou a consciência ecológica mundial. Em seguida, tem-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (1972), em Estocolmo, onde a questão ambiental foi debatida pela primeira vez como fator primordial por governantes, que entenderam a necessidade de trabalhar os fatores ligados à degradação ambiental.

Acrescentando a afirmação acima Custódio (2004, p.57) diz que:

no bojo da revolução técnico-científica que definiu e continua a definir o perfil do fim do século XX e início do século XXI, colocando à disposição do homem saberes e recursos nunca antes imaginados, a questão ambiental emerge como nova ordem social e política. Aos debates sobre os limites do crescimento com os quais a questão se coloca em todos os relevantes encontros para a discussão da temática ambiental (Estocolmo/72, ECO/92, Johannesburgo/02) impõem-se, hoje, discussões relativas à superação desses limites por meio de tecnologias alternativas movidas pela busca da adequação entre potencial de recursos e produção social.

Esses encontros levaram a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável, que está relacionado à saída de um modelo predatório para um sustentável sem perder espaço no mercado, ou seja, implica em diversas modificações na forma que se vê o mundo, pois atender as exigências com relação

a proteção da natureza devem estar enquadradas em um planejamento a longo prazo. Portanto surgem dúvidas de como manter o crescimento econômico juntamente com a preservação ambiental e as questões sociais de forma que todos possam “lucrar”.

Já o autor Dias (2003b, p.48), faz uma análise sobre o desenvolvimento sustentável que discute seu conceito na forma mais ampla:

embora seja um conceito amplamente utilizado, não existe uma visão única do que seja o desenvolvimento sustentável. Para alguns, alcançar o desenvolvimento sustentável é obter o crescimento econômico contínuo por meio de manejo mais racional dos recursos naturais e a utilização de tecnologias mais eficientes e menos poluentes. Para outros, o desenvolvimento sustentável é antes de tudo um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer às necessidades básicas da humanidade que oferece os princípios e orientações para o desenvolvimento harmônico da sociedade, considerando a apropriação e a transformação sustentável dos recursos ambientais.

De acordo com os encontros e conceitos sobre a implantação do desenvolvimento sustentável, conclui-se que o conceito central (pensar no futuro da sociedade) está sendo reinterpretado como estratégia de expansão dos lucros (MAGALHÃES, 2002).

Confirmando, Stahel (1995 apud MAGALHÃES, 2002, p. 40) trabalha o significado dentro da estrutura capitalista de produção e consumo, onde “[...] o desenvolvimento sustentável tem sido difundido sem deixar clara sua significação dentro do quadro capitalista, levando a pensar-se ele uma ideologia legitimadora da insustentabilidade desse regime”.

Impõe-se ainda observar que a questão ambiental tornou-se não só uma problemática para o crescimento econômico como também para o turismo. Para facilitar a compreensão desse aspecto, Dias (2003b, p. 51) afirma que:

paralelamente ao crescimento da consciência ambiental, o turismo se desenvolveu de uma forma bastante rápida, e na mesma perspectiva dos demais segmentos da economia, com a utilização intensiva dos recursos naturais e sem uma preocupação com a preservação desses atrativos que formavam (e formam) a base de sustentação da atividade.

Com o surgimento desses encontros e preocupações sobre o meio ambiente, tem-se o aparecimento do desenvolvimento turístico sustentável, que para Beni (2000b, p. 168) tem como objetivo:

fortalecer, melhorar a qualidade e encontrar o diferencial do produto turístico; ecologia como visão sociocultural e política; proteção dos recursos e ecossistemas naturais; viabilidade a longo prazo da atividade de turismo; qualidade ambiental é um importante fator de competitividade.

O desenvolvimento sustentável está ligado a fatores (sociais, culturais, políticos e econômicos) que fazem parte da atividade turística. Vale ressaltar que o turismo leva os consumidores ao produto e não o produto ao consumidor. Nesse sentido, adverte-se que o turismo é frágil e vulnerável às mudanças do entorno natural, cultural e econômico. Há inúmeros exemplos de lugares turísticos que perderam mercado por falta de uma gestão responsável, o que vai degradando os próprios recursos nos quais foram baseados a sua prosperidade (OMT, 2001).

Para direcionar a atividade turística de forma sustentável, em todos os tipos de turismo, as diretrizes para o desenvolvimento turístico sustentável são aplicadas a todas as formas de turismo (massa e outros), pois os princípios de sustentabilidade (ver capítulo 10) referem-se aos aspectos ambientais, econômicos e sócio-culturais do desenvolvimento turístico, que estabelecendo um equilíbrio adequado entre as três dimensões, é possível garantir a sustentabilidade a longo prazo (WTO, 2004).

Outro aspecto interessante a ressaltar são os elementos chaves da sustentabilidade do turismo (satisfação das necessidades dos visitantes e comunidades e proteção e o melhoramento do atrativo turístico). Dias (2003b, p.68) relata que:

[...] a relação entre os turistas, as comunidades anfitriãs, os atrativos e o meio ambiente compreende um conjunto complexo de elementos interativos. Cada um deve manter sua própria continuidade em simbiose com os demais mediante o desenvolvimento de uma relação mutuamente benéfica e positiva. [...] observa-se, implícita ou explicitamente, que a interdependência entre crescimento econômico e conservação ambiental, e a necessidade de uma distribuição equitativa dos benefícios de desenvolvimento, configuram-se da mesma forma como eixos fundamentais do desenvolvimento turístico sustentável.

Um dos enfoques do desenvolvimento sustentável está na presença ativa da comunidade em todo o ciclo ou processo de incremento do turismo mas, para WTC (2004), deve-se reportar ao alto grau de satisfação do turista e representando uma experiência positiva, que os torne mais conscientes dos problemas da sustentabilidade e fomentá-los a práticas de turismo sustentável.

Observa-se, entretanto que não se pode identificar a sustentabilidade como um estado ideal ou utópico, pois é um processo de mudança qualitativo. Nesse sentido, é bom lembrar que o processo de desenvolvimento turístico sustentável é a inter-relação dinâmica de três fatores, com o objetivo de conseguir um equilíbrio final (a sustentabilidade do sistema turístico). Portanto os fatores são:

- *Sustentabilidade econômica*: assegurar o crescimento turístico; emprego e renda satisfatórios; controle sobre os custos e benefícios dos recursos;
- *Sustentabilidade ecológica*: desenvolvimento turístico compatível com a manutenção dos processos biológicos;
- *Sustentabilidade sociocultural*: desenvolvimento turístico compatível com a cultura e os valores das populações locais. (OMT, 2001)

Esse equilíbrio compatível do “tripé” da sustentabilidade está relacionado a capacidade de carga, que destaca os limites e intensidade dos destinos com relação ao fluxo do desenvolvimento turístico.

Assim, pelo que se acabou de expor, deve-se assegurar que a participação de todos os agentes é relevante para colaborar e estabelecer processos contínuos de estudos sobre os impactos e introduzir medidas preventivas ou corretivas (WTO, 2004).

Esses conceitos implicam na relação entre os seres humanos e destes com o meio ambiente. Baseado nesses conceitos acima mencionados é necessário que governos federal, estaduais e municipais organizem-se de forma planejada e mobilizem ações para a implantação de políticas públicas de turismo, que venham de encontro com o proposto pelo desenvolvimento sustentável.

Na região Nordeste, local de estudo do projeto, as ações públicas contribuem de forma macro, sem parceria na maioria dos casos com os municípios. Por isso Programas de Municipalização do Turismo são fundamentais para o desenvolvimento turístico da região, por tratar os elementos básicos como qualificação de mão-de-obra, necessidades da comunidade, etc., para então discutir o turismo. Em Cruz (1997 apud MAGALHÃES, 2002, p. 52) vamos encontrar que “em se tratando de turismo, quem tem decidido os rumos da atividade no Nordeste são os governos de estado, com pouca ou nenhuma participação dos municípios”.

Viu-se que a gravidade do tema vem motivando países a discutirem em encontros e seminários a problemática do meio ambiente no mundo. Por isso o

surgimento de diversos eventos em todos os níveis e áreas, são de importância para a elaboração de planos que atendam estas exigências do século XXI.

2.3.1 Ações globais

Os governantes, preocupados com o desequilíbrio ambiental que o homem vem causando ao meio ambiente, reuniram-se em diversos encontros para discutir meios de minimizar os impactos e contribuir para um mundo mais limpo.

Dessas reuniões surgiram conceitos, projetos, leis, entre outros, que se tornaram referência no mundo acadêmico. Por isso, destaca-se dois de importância neste segmento e um no setor de turismo, que tenta impulsionar e melhorar as perspectivas com relação ao meio ambiente, infra-estrutura, índices de desenvolvimento social, entre outros.

2.3.1.1 Relatório de Brundtland

Em consequência dos grandes debates relacionados ao meio ambiente no final da década de 80, foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela ex-primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. A comissão tem como objetivos: reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar as políticas e ações no sentido das mudanças necessárias, e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme (COMISSÃO de BRUNDTLAND, 2006).

Desse encontro resultou no Relatório de Brundtland intitulado “Nosso Futuro Comum” (pesquisas realizadas entre 1983 e 1987 sobre a situação da degradação ambiental e econômica do planeta), que realçou a importância da preservação do meio ambiente. (ANDRADE et al., 2003)

O documento propõe integrar o desenvolvimento econômico com o meio ambiente, mas para atingir este ponto, o governo deve adotar as seguintes medidas:

- limitar o crescimento populacional;
- garantir a alimentação a longo prazo;
- preservar a biodiversidade e os ecossistemas;
- diminuir o consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;
- aumentar a produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- controlar a urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores (COMISSÃO de BRUNDTLAND, 2006).

Estudos de Magalhães indicam que o Relatório de Brundtland (2002, p. 35 e 36):

[...] apresentou um teor conciliatório, visto que, respeitando a vontade dos países do Terceiro Mundo de trilhar os caminhos do desenvolvimento econômico – já percorridos pelo Primeiro Mundo – defendeu a manutenção do crescimento para todos (países e pessoas), a ser alcançado pela reorientação tecnológica, pela criação de meios de fiscalização internacionais de controle populacional e por políticas de ajustes e ajuda financeira dos países ricos aos pobres. Para o relatório, pobreza e deterioração ambiental são o resultado do contexto de causa recíproca. Mas entende-se que os dois são resultado de um modo concentrador de produções econômica e espacial que não foi tratado por esse relatório. Talvez em razão de não querer repensar o papel das atividades econômicas no processo de desenvolvimento dos lugares, ou mesmo por temer aprofundar na lógica do capitalismo apresentando entraves para implementação da lógica proposta pelo Desenvolvimento Sustentável.

Lima (1998 apud MAGALHÃES, 2002, p. 37) vai além dos quesitos informados sobre o relatório, focando no ponto filosófico do mesmo, onde:

[...] recusa tratar exclusivamente dos problemas ambientais, optando por uma perspectiva relacional centrada nas inter-relações entre estilos de desenvolvimento e seus impactos sobre a natureza. O discurso se orienta no sentido da sustentabilidade do desenvolvimento e da necessidade de tratá-lo de uma perspectiva multidimensional que articula os aspectos econômicos, políticos, éticos, sociais, culturais e ecológicos, evitando o reducionismo do passado.

Devido sua relevância para o estudo do meio ambiente, foi alvo de estudiosos que apontaram qualidades positivas e negativas, para a população e economia, entre outros. Deve-se entender que o conceito de desenvolvimento

sustentável, estava surgindo neste período, por isso Lima (1998), questiona a articulação dos aspectos. Este autor via além das questões ambientais, e a multidisciplinariedade dos setores que envolvem a sustentabilidade num todo. Deve-se esclarecer, portanto, que desenvolvimento sustentável está conectado a diversas questões, que não envolvem somente o meio ambiente. E que depende de ações governamentais e da participação da comunidade num todo.

Outro autor que trabalha a temática ambiental como foco central do relatório é Dias (2003b, p. 35), que para ele:

o informe Brundtland, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominado Nosso Futuro Comum, divulgado em 1987, pode ser considerado um dos mais importantes documentos sobre a questão ambiental e o desenvolvimento dos últimos anos. Vincula estreitamente economia e ecologia e estabelece com muita precisão o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável e estabelecendo os parâmetros a que os Estados, independentemente da forma de governo, deveriam se pautar, assumindo a responsabilidade não só pelos danos ambientais como também pelas políticas que causam esses danos.

O Relatório de Brundtland além de ser um marco, detalha pela primeira vez questões importantes sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e meio ambiente, além de englobar políticas ambientais que protejam e fiscalizem as avarias causadas a natureza, e também estabelecer crescimento econômico ligado à conservação dos recursos e equidade social. O conceito elaborado no relatório (NOVO, 2006, p. 01) sobre desenvolvimento sustentável diz que este:

satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades, ou seja, é o desenvolvimento econômico, social, científico e cultural das sociedades garantindo mais saúde, conforto e conhecimento, sem exaurir os recursos naturais.

A maioria dos conceitos elaborados sobre desenvolvimento sustentável está relacionado às necessidades do presente sem comprometer o ambiente para atender as necessidades de gerações futuras. Esta forma de desenvolvimento é importante para a atividade turística, pois sem preservação e conservação do meio ambiente, as próximas gerações não terão a possibilidade de desbravarem locais que hoje a natureza é encontrada em seu estado natural.

2.3.1.2 Eco 92

No ano de 1992, acontece na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como *Rio 92*. Esse evento teve uma proporção muito positiva com relação ao tema tratado, em que o meio ambiente passa a ser o *centro das atenções*. Das reuniões realizadas surgiram a carta da Terra (Declaração do Rio) e Agenda 21.

De acordo com Andrade et al. (2003, p. 2) a Declaração do Rio visa “estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento”, já a Agenda 21 “dedica-se aos problemas da atualidade e almeja prepara o mundo para os próximos desafios do século [...] e tem por objetivo colocar em prática programas para frear o processo de degradação ambiental e transformar em realidade princípios da Declaração do Rio”.

A Eco 92, foi outro marco mundial relacionado a preocupação com a degradação do meio ambiente. Esse encontro possibilitou uma visão mais ampla e alcançou um nível de comunicação nos continentes, e o homem reconheceu a necessidade do desenvolvimento sustentável.

2.3.1.3 Conferência Mundial do Turismo Sustentável

Autoridades públicas, profissionais, instituições privadas, entre outros, se reuniram entre os dias 27 e 28 de abril de 1999, em Lanzarote – Ilhas Canárias (Espanha) na Conferência Mundial do Turismo Sustentável, pois: conscientes da importância do turismo para uma região e do seu alcance mundial; reconhecem que é uma atividade ambivalente, pois abre grandes vantagens no âmbito sócio-econômico e cultural; conscientes de que o turismo trabalha com recursos frágeis; reconhecem que com o turismo é possível viajar e conhecer outras culturas; recordando a Declaração universal dos Direitos Humanos; guiados pelos princípios enunciados da Declaração do rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92, Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, a Declaração de Haya e a Carta

do Turismo e o Código do Turista; reconhecendo a necessidade do desenvolvimento do turismo que satisfaça as expectativas econômicas e as exigências ambientais; considerando como prioridade proteger e reforçar a dignidade humana; conscientes da necessidade de estabelecer alianças eficazes entre os principais atores que atuam na atividade turística, com o objetivo de um turismo mais responsável com o patrimônio comum. Realizaram a Conferência Mundial de Turismo Sustentável com o intuito de criar objetivos que contribuam para o turismo sustentável (CARTA..., 1995).

Baseados nestas informações criaram os princípios e os objetivos que regem esta declaração:

- I. O desenvolvimento turístico deverá fundamentar-se nos critérios da sustentabilidade; deverá ser ecologicamente sustentável e a longo prazo; viável economicamente e eqüitativo numa perspectiva ética e social para as comunidades locais;
- II. O turismo deverá contribuir para o desenvolvimento sustentável, integrando-se aos meios (ambiente, cultural e social), devendo respeitar os equilíbrios frágeis que caracterizam muitos dos destinos, em particular ilhas e áreas ambientalmente sensíveis;
- III. A atividade turística deve considerar os efeitos induzidos sobre o patrimônio cultural e seus elementos, e das atividades e tradições das comunidades locais;
- IV. A contribuição ativa do turismo para o desenvolvimento sustentável pressupõe necessariamente a solidariedade, o respeito mútuo e a participação de todos os atores do processo, tanto público quanto privado. Esta concentração baseia-se nos mecanismos eficazes de cooperação em todos os níveis: local, regional, nacional e internacional;
- V. A conservação, a proteção e a crença do valor do patrimônio natural e cultural, representam um âmbito privilegiado para a cooperação;
- VI. Os critérios de qualidade orientados para preservação do destino turístico e a capacidade de satisfação dos turistas, determinados juntamente com as comunidades locais e baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável, deveram ser objetos prioritários para a formulação de estratégias e projetos turísticos;

- VII. Para participar do desenvolvimento sustentável, o turismo deve firmar-se sobre a diversidade de oportunidades oferecidas pela economia local, garantindo sua integração e contribuição positiva ao desenvolvimento econômico local;
- VIII. Toda a opção de desenvolvimento turístico deve repercutir-se de forma efetiva para a melhoria da qualidade de vida da população e incidir no enriquecimento sociocultural de cada destino;
- IX. Os governos e autoridades competentes, com a participação de ONG's e das comunidades locais, deverão realizar ações voltadas para o planejamento integrado do turismo como contribuição para o desenvolvimento sustentável;
- X. Reconhecer que a coesão social e econômica entre os povos do mundo são princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável, portanto devem impulsionar medidas que permitam uma partilha eqüitativa dos benefícios e cargas produzidos pelo turismo;
- XI. As zonas vulneráveis do ponto de vista ambiental e cultural, tanto as atuais como futuras, deverão receber prioridade especial de ajuda financeira e cooperação técnica para o desenvolvimento turístico sustentável. Também deverão receber tratamento especial as zonas degradadas pelo turismo de alto impacto;
- XII. A promoção de formas alternativas de turismo coerente com os princípios do desenvolvimento sustentável, assim como o fomento da diversificação dos produtos turísticos, constitui uma garantia de estabilidade a médio e longo prazo;
- XIII. Os governos, as indústrias, as autoridades e as ONG's responsáveis pelo turismo deverão impulsionar e participar na criação de redes abertas de investigação, difusão, informação e transferência de conhecimento em matéria de turismo e tecnologia sustentável do turismo;
- XIV. A definição de uma política turística de caráter sustentável requer necessariamente o apoio e a promoção de sistemas de gestão turística e ambientalmente compatível, de estudos de viabilidade que permitam a transformação do setor, assim como consolidar os projetos de demonstração e o desenvolvimento de programas de cooperação em âmbito internacional;

- XV. A indústria turística, em colaboração com os organismos e ONG's, que tenham atividades relacionadas ao turismo, deverão disseminar os marcos específicos de ações positivas e preventivas que garantem um desenvolvimento turístico sustentável, estabelecendo programas que apoiem a injeção de sentenças práticas;
- XVI. Deverá prestar uma atenção especial ao setor de transporte e seus efeitos sobre o meio ambiente na atividade turística, assim como ao desenvolvimento de instrumentos e medidas orientadas para reduzir o uso de energias e recursos renováveis, fomentando a reciclagem e a minimização de resíduos nas instalações turísticas;
- XVII. É fundamental que se adotem e ponham em prática códigos de conduta que favoreçam a sustentabilidade por parte dos principais atores que intervêm na atividade, em particular os membros da indústria turística;
- XVIII. Deverão colocar em prática todas as medidas necessárias, com o fim de sensibilizar e informar o conjunto das partes implicadas a indústria turística, em nível local, nacional, regional e internacional, sobre o conteúdo e os objetivos de Conferência de Lanzarote (CARTA, 1995).

Mediante estes princípios e objetivos da Conferência, evidenciamos principalmente os artigos 02, 06, 07, 08, 09 e 12, que trabalham com questão da formação e uso dos elementos dos princípios do desenvolvimento sustentável, como alicerce para o planejamento ambiental e sustentável do turismo. Portanto, os planejadores, ao determinarem ações para o planejamento turístico, deverão basear-se nestes princípios como um "guia" para o desenvolvimento turístico sustentável de uma localidade.

Neste tópico viu-se que os encontros realizados em várias partes do mundo com a presença de autoridades estão relacionados a uma visão de futuro sustentável para suas nações. Estas ações globais do turismo e do meio ambiente favorecem para determinar e esclarecer a implantação de um desenvolvimento que equilibre e adote condições favoráveis para a comunidade.

Os benefícios oriundos destes encontros são adotados a longo prazo, por isso os resultados não são imediatos. Pois nem todos os países, contribuem de forma sustentável para uma melhoria de vida das populações e um desenvolvimento social que resgate a condição necessária para o ser humano viver melhor.

2.4 TURISMO SUSTENTÁVEL

O turismo evidencia-se neste século como uma esteira de ganhos e oportunidades para a sociedade industrializada. O resultado é a produção em larga escala que movimenta economias, ocasiona o aumento do consumo de massa, trazendo efeitos negativos e positivos para as gerações atuais e futuras. O turismo encontra-se como alternativa de consumo devido o tempo livre, portanto encaixa-se neste cenário.

Embalados pelo crescimento do consumo do turismo, a sociedade preocupa-se com a questão do desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, com o turismo sustentável. Pois se de um lado há impactos (econômicos, sociais e ambientais) positivos, certamente do outro haverá impactos negativos que, se não trabalhados de forma equilibrada, trazem conseqüências graves para a região e comunidade.

No turismo encontra-se críticas com relação aos impactos negativos causados pelo mesmo. Para Dias (2003b, p. 15):

não resta dúvida de que a massificação do turismo contribuiu decisivamente para a expansão dos problemas ambientais nos destinos turísticos tradicionais, pois o crescimento do turismo exige a construção de toda uma infra-estrutura e equipamentos, tanto para a acomodação, como para o deslocamento dos viajantes. Construção e melhoramento das vias de acesso, aeroportos, rodoviárias, redes de esgoto e de água potável, energia elétrica, hotéis, pousadas, restaurantes, centros comerciais e muitos outros. Nesse processo, é inevitável que se modifiquem as localidades turísticas.

Ruschmann (2000, p. 74) adiciona ao afirma que:

o uso turístico-recreativo de áreas naturais, em meios insulares ou não, e a implantação de equipamentos específicos devem considerar os impactos que a visitaçao pode ocasionar ao meio natural, às características sócio-culturais da área e ao setor econômico da região que ocorrem.

A atividade turística, conforme viu-se anteriormente, depende do deslocamento do ser humano para a sua concretização. Em síntese, a sustentabilidade do turismo deve ser trabalhada a partir da compra do produto turístico até a sua finalização, trazendo uma minimização dos impactos negativos.

Nesse caso, para a sustentabilidade turística desenvolver-se, recomenda-se que alguns princípios sejam servidos de forma gradual e por etapas:

- a) *do respeito ao meio ambiente natural*: o turismo não pode colocar em risco ou agredir irreversivelmente as regiões nas quais se desenvolve;
- b) *da harmonia entre cultura e os espaços sociais* da comunidade receptora, sem agredi-la ou transformá-la.
- c) *da distribuição eqüitativa dos benefícios* do setor entre a comunidade receptora, os visitantes e *trade* turístico;
- d) *de um turista ou visitante mais responsável e atencioso*, receptivo às questões da preservação do meio natural, sensível às interações com a natureza visitada e com as comunidades locais, educado para ser menos consumista e adotar uma postura orientada para o entendimento e a compreensão dos povos e ambientes visitados (RUSCHMMAN, 2000).

A partir desses itens, a autora acredita ser possível desenvolver um turismo sustentável, que favoreça a utilização e apreciação dos recursos pelos visitantes, protegendo a sua originalidade e atratividade para as gerações futuras.

Após termos conceituado desenvolvimento sustentável e suas implicações, destaca-se o conceito do turismo sustentável, que para a OMT (2003a, p. 24):

atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Seguindo paralelamente o curso das definições, ressalta-se Dias (2003b), que entende ser o turismo sustentável um tripé, que conecta-se com todas as formas de desenvolvimento turístico, gestão e atividade, visando manter a integridade ambiental, social e econômica para a perpetuidade. É necessário, entretanto, questionar sobre esse caráter de longevidade do ambiente natural, pois sem um planejamento adequado que focalize suas ações a longo prazo; previsão das conseqüências e, principalmente com uma política de minimização dos

impactos, torna-se inviável o alcance de qualquer política de desenvolvimento sustentável.

Por mais que se trabalhe um tipo de turismo menos impactante, ocorrem resquícios de degradação. Por isso, observa-se o surgimento de novas formas de turismo (alternativo, *soft*, ecoturismo, responsável e verde) com aspectos diferentes e com ênfase no desenvolvimento de *pequena escala*. No lado econômico, por se tratarem de operações reduzidas, o retorno econômico é menor que o convencional.

O conceito de turismo alternativo está ligado à procura em ambientes de natureza exuberante. Para Magalhães (2002, p. 28):

o turismo alternativo foi desenvolvido na Europa com o intuito de satisfazer as necessidades de uma clientela com aspirações e motivações, decorrentes de uma nova realidade contemporânea, bem como de tentar atender às exigências do meio ambiente. Talvez isso tenha sido além de uma estratégia de expansão capitalista (em vista da saturação do turismo tradicional), um resultado da emergência das questões ambientais que vêm ocupando gradativamente o centro do cenário político internacional.

Relembrando, a autora Ruschmann (2004b, p. 9) trabalha o conceito de turismo contemporâneo como sendo “a busca do verde e da fuga dos tumultos dos grandes centros conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer”.

Esses conceitos estão relacionados à preocupação do indivíduo com o seu bem-estar e por uma aproximação com o ambiente natural. A busca pela tranquilidade e pelo verde vem provocando o surgimento de um crescente turismo ecológico ou ecoturismo em áreas que favorecem o convívio com a natureza.

Para Ruschmann (2004b), o contato com a natureza constitui, atualmente, uma das maiores motivações das viagens. O viajante que procura a natureza espera encontrar um ambiente que corresponda às suas expectativas e por isso o ambiente natural vem ganhando uma grande importância na gestão do turismo de qualidade. Essa expectativa veio favorecer uma forma de gestão de turismo também conhecida como ambientalmente responsável que vem sendo adotada também para evitar que a atividade turística venha comprometer a existência e manutenção de ambientes propícios a prática de um turismo menos destrutivo.

Em 1980, vieram a público os resultados de uma das primeiras pesquisas sobre os impactos do turismo no meio ambiente. Esses resultados acabaram por

introduzir um conceito abrangente de meio ambiente incorporando a questão do turismo, de autoria de Haulot (apud DIAS, 2003b).. Para ele, meio ambiente caracteriza-se como conjunto de elementos do meio humano, histórico e cultural, físico e moral, geográfico e técnico, susceptíveis de comprometer o movimento turístico ou de serem afetados por este.

Complementando o conceito de Haulot, o autor Beni (2000b, p. 168) interpreta o turismo sustentável do ponto de vista setorial e na ecologia como visão sócio-cultural, conforme segue abaixo:

[...] como o foco de interesse é a atividade de turismo, a ênfase de tal estratégia implicará em fortalecer, melhorar a qualidade e mesmo encontrar o diferencial do produto turístico, com freqüência na dependência de soluções e inovações organizacionais e tecnológicas; é uma abordagem preservacionista pela qual a prioridade deverá ser dada à proteção dos recursos e ecossistemas naturais.

Mesmo procurando novas alternativas de turismo que venham impactar menos, essa é uma atividade “predatória”, pois usufrui do meio natural para desenvolver-se. Confirmando, Dias (2003b, p. 21) diz que:

o impacto do turismo sobre o meio ambiente é inevitável. O que se pretende é mantê-lo dentro de limites aceitáveis, para que não provoque modificações ambientais irreversíveis e não prejudique o prazer do visitante ao usufruir o lugar. Devemos considerar, por outro lado, que o turismo não pode ser tratado como o único vilão, pois existem outros processos econômicos que contribuem para as modificações ambientais nos locais turísticos, e que muitas vezes deixam de ser considerados pela dificuldade em isolá-los do processo principal, que sem dúvida é a atividade turística.

Essa preocupação crescente por um modelo mais sustentável é percebida nas gerações atuais. A busca por uma qualidade de vida nos centros urbanos, se enquadra nos critérios de resgate individual e autêntico, incluindo a volta à natureza nessa busca de autenticidade (DIAS, 2003b).

Os novos modelos de turismo já citados, não alcançam populações com poder aquisitivo baixo. Portanto essa demanda por estes novos tipos de turismo é identificada em grupos sociais intelectuais e de classe média e alta, por possuírem uma consciência mais profunda dos impactos causados com o turismo de massa na região.

2.5 ECOTURISMO

O mundo vem descobrindo o ecoturismo como uma nova forma de reapropriação social dos recursos naturais. O Brasil acompanha esse segmento que busca fomentar a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente natural. Foi criado o Programa de Regionalização do Turismo (Roteiros do Brasil) constituído por um cenário de 219 regiões turísticas e 3.203 municípios, onde cada estado brasileiro apresenta seus pólos turísticos. Sendo que a maioria é constituída por pólos de ecoturismo (EMBRATUR, 2005).

Há tempos organismos internacionais cobravam do Brasil uma atitude com relação aos recursos naturais, principalmente com a Amazônia, que é detentora de uma biodiversidade rica. Com o crescimento do mercado turístico e do aumento de viajantes em busca de destinos com natureza preservada, o ecoturismo passa a destacar-se e ocupar uma grande fatia do mercado.

Vivenciar experiências inéditas e “descobrir” lugares selvagens, diferente do país de origem, é a motivação que os alocêntricos encontram para desfrutar a natureza. Por esses aspectos, o ecoturismo é visto como:

- a) um turismo em pequena escala;
- b) mais ativo do que outras formas de turismo;
- c) uma modalidade de turismo que não exige uma infra-estrutura de turismo sofisticada, pois é um dado menos relevante;
- d) empreendido por turistas esclarecidos e educados, conscientes das questões relacionadas à sustentabilidade, além de ávidos em aprender temáticas relacionadas ao meio ambiente;
- e) menos espoliativo das culturas e da natureza local do que as formas tradicionais de turismo (SWARBROOKE, 2000).

Para Dias (2003b), o ecoturismo tem como objetivo melhorar as condições de vida da população local e preservar o meio ambiente de acordo com a sua capacidade de carga. O papel da comunidade neste aspecto é fundamental, pois o alcance da qualidade de vida provém de um bom desenvolvimento sustentável.

O conceito de ecoturismo evoluiu de acordo com tendências e necessidades. Um dos que melhor se encaixa no contexto estudado foi editado pela

União Internacional para a Conservação da Natureza (1996 apud DIAS, 2003b, p.110), que define o ecoturismo como:

[...] modalidade turística ambientalmente responsável, que consiste em viajar a, ou visitar áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o fim de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagem, flora, fauna silvestres) dessas áreas, assim como qualquer manifestação cultural (do presente ou do passado) que ali se possa encontrar, através de um processo que promove a conservação, tem baixo impacto negativo ambiental e cultural e propicia um envolvimento ativo e socioeconomicamente benéfico das populações locais.

Já para o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e IBAMA, o conceito de ecoturismo é “[...] um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (EMBRATUR, 2005).

Após definições e conceitos, destaca-se os problemas que Swarbrooke (2000) vê para definir o ecoturismo. Ele aponta a percepção por três ângulos:

1. *Turista*: percebe o ecoturismo como férias modernas e de qualidade, além do status elevado;
2. *Indústria*: oferece lucros atraentes e percebe como um mercado em expansão;
3. *Destinações*: é altamente rentável.

Assim como no conceito de turismo sustentável, as definições de ecoturismo estão relacionadas a diferentes agentes. Cabe observar, que lado o autor defende, conforme Swarbrooke (2000) identifica acima. Niefer e Garzel (1999, p. 02) questionam as diferenças entre uma mera “viagem especializada ligada à natureza” e o ecoturismo, onde:

do lado do consumidor e do ecoturista, existe a vontade de aprender sobre o destino visitado, principalmente sobre os aspectos ambientais, culturais, históricos e seus problemas relacionados. O ecoturista tem uma postura favorável à proteção do meio-ambiente o que se reflete no seu comportamento. Ele respeita as condições naturais do lugar e geralmente existe o desejo de contribuir de alguma forma para a conservação do ecossistema visitado.

Por outro lado, Ruschmann (2004b) ressalta algumas observações com relação a prática do ecoturismo no Brasil e Magalhães (2002, p. 31) faz uma análise sobre a temática:

[...] no Brasil de hoje discute-se a viabilidade e a validade do ecoturismo muito mais como recurso econômico e para atrair turistas estrangeiros de países desenvolvidos, do que como alternativa para a preservação do inigualável potencial natural do país (apregoadas pelas autoridades governamentais à época em que foi lançado o projeto de Ecoturismo para ser incrementado em território nacional) [...] Na verdade, a busca do crescimento a qualquer preço leva os governantes a adotarem posturas que podem trazer conseqüências negativas no futuro.

A forma capitalista que se adota, sem reflexões nas ações futuras, pode impactar negativamente no futuro dos brasileiros.

Mesmo com benefícios e malefícios, o crescimento pelo ecoturismo tem provocado mudanças na forma de aplicar o turismo na prática. Para Ruschmann (2004b) o contato com a natureza constitui, atualmente, uma das maiores motivações das viagens. Para que a viagem seja satisfatória para o visitante, é necessário que os responsáveis pela atividade turística e meio ambiente desenvolvam condições favoráveis para um turismo de qualidade nas regiões. Pelo que já se descreveu, há outras formas de turismo qualificadas e ambientalmente responsáveis que estão sendo adotadas para evitar que a atividade turística comprometa sua própria sobrevivência.

Por isso, o crescimento sustentável que os países buscam com a integração, está relacionado a saltos qualitativos em seus índices econômicos e sociais, que caracteriza-se hoje não mais como fundamental, mas sim presencial em planos de desenvolvimento. Por outro lado, vemos que o turismo, pode ser um aliado neste desenvolvimento, no momento que impacta positivamente, mediante ações ambientais que venham de encontro com um desenvolvimento sustentável. O turismo por constituir-se um segmento econômico, surge como alternativa de equilibrar os setores e balancear os índices.

A sustentabilidade do turismo é percebida na sua base de sustentação (transporte, gastronomia, hospedagem), pois se bem organizado ocasiona impactos positivos para a região. Na tipologia do turismo, o ecoturismo é visto como um protetor dos ecossistemas e consciente das questões culturais e sociais do local.

Os aspectos do desenvolvimento sustentável do turismo estão ligados diretamente / indiretamente ao desenvolvimento local, no momento que a

necessidade de distribuição eqüitativa dos benefícios oriundos do turismo, configura-se como satisfatório para a comunidade local, economia e meio ambiente. Neste sentido, trabalha-se no próximo capítulo a questão do desenvolvimento em nível local, as ações das políticas públicas e o planejamento turístico.

3 TURISMO EM NÍVEL LOCAL, POLÍTICAS E PLANEJAMENTO TURÍSTICO

3.1 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM NÍVEL LOCAL

Neste item objetiva-se discutir o turismo como fator de arranque para o desenvolvimento local, a partir da atuação do poder municipal e da comunidade como indutores diretos para o desenvolvimento regional. A fundamentação deste baseia-se em desenvolvimento, comunidade e município. Esses quatro conceitos são requisitos para a formação do conceito central de desenvolvimento local e sustentado que se pretende abordar.

A era da globalização é marcada pela facilidade, interação e agilidade de informação, tecnologia, mão-de-obra qualificada, entre outros. Com esta percepção, logo pensa-se em desenvolvimento que para muitos autores está atrelado a economia (mais especificamente ao Produto Interno Bruto), mas o desenvolvimento não é estritamente econômico, pois pode ocorrer sem que automaticamente ocorram melhorias na concentração de renda ou dos indicadores sociais.

No entendimento de Mamberti e Braga (2004), o conceito de desenvolvimento é recente (pós-guerra), pois não há uma definição global aceita, e encontra-se em formulação. O que se acredita é que o desenvolvimento seja uma corrente que aborda dimensões econômicas. Os autores possuem uma idéia de desenvolvimento que está “associada a uma mudança estrutural que busque eficiência na produção, uso racional dos recursos naturais e uma maior igualdade na distribuição dos empregos e da renda, promovendo melhora qualitativa do modo de vida das pessoas” (MAMBERTI ; BRAGA, 2004, p. 8).

O turismo por ser uma atividade econômica, envolve-se com o conceito de desenvolvimento, no momento que este é um produto, e é consumido *in loco*, impulsionando o desenvolvimento de outras atividades econômicas e infra-estrutura. Quem ganha com o deslocamento são: a população da área de origem do turista; os turistas; a população da área de destino. Observando que em cada caso há diversos grupos de interesse, manifestos e objetivos (SOUZA, 2002).

Embora enfrente-se o desafio da globalização, o Estado e o Município tem no turismo uma de suas atividades, devendo dirigir atenção para traçar políticas de desenvolvimento por meio de planejamento.

Para facilitar a compreensão deste aspecto, Dias (2003b, p. 153) considera que “o município assume papel fundamental no desenvolvimento turístico, pois cada lugar possui características únicas que o diferenciam. Se bem trabalhadas, estas características assumem importante papel no desenvolvimento turístico”.

O município tem sua importância destacada no processo de desenvolvimento local, através de sua organização política, mas ele deve exercer o papel de orientador da atividade turística local, articulando com todos os setores envolvidos com a atividade. A participação e o envolvimento dos setores são fundamentais para fortalecer e redefinir a identidade local e criar um comprometimento da comunidade (DIAS, 2003b).

Evidenciando a afirmação acima, Mamberti e Braga (2004, p. 9) dizem que “A promoção do desenvolvimento necessita do efetivo envolvimento do setor público, isto é, o desenvolvimento local precisa ser uma vontade política dos governos locais que, apesar das suas limitações, exercem papéis fundamentais nesse processo”.

A partir da década de 80, os municípios ganham funções que possibilitam uma maior autonomia, pois são delegados responsabilidades que devem atender os direitos dos cidadãos. Assim, para Mamberti e Braga (2004, p. 9) o município:

possui diferentes possibilidades de atuação para impulsionar o desenvolvimento, entre elas o de articular medidas que criem um ambiente propício; formulação profissional; intervenção em setores de grande efeito multiplicador, incentivo a novas formas de organização da produção; novas formas de ajuda e cooperação; articulação com atores e dinâmicas externas; e aumento da produtividade social.

Como se viu, o desenvolvimento local deve ser uma vontade do setor público, e no turismo (CUNHA ; CUNHA, 2005), ele é regido por três elementos: a sociedade, o ambiente e a economia, que juntos são recursos potenciais para o desenvolvimento. Para bem entender-se este importante aspecto, Dias (2003b, p. 159) reconhece que “o turismo [...] é uma atividade que apresenta inter-relações

com os mais diversos setores da economia e influencia e sofre influência dos diversos segmentos que compõem a estrutura administrativa local”.

O turismo é benéfico para a região a partir do momento em que ele proporciona impactos positivos e se torna mais uma opção para o setor econômico, beneficiando a comunidade e sua identidade local. Para entender o conceito de desenvolvimento local, é importante destacar a sinergia, a interação e a atuação conjunta que proporcionam vantagens para a região num todo.

Benevides (2002) interpreta o desenvolvimento turístico local como um equalizador de cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

Para aprofundar esta questão o mesmo autor reafirma que:

[..] o desenvolvimento local tem no turismo uma representação de mediação mitigadora entre globalização “desnaturalizante” / homogenizadora/excludente e desenvolvimento local conservacionista/ressingularizador/identitário/participativo. O local passa assim a ser um referenciado não somente no sentido valorativo da escala espacial, mas como alternativa ao padrão dominante de desenvolvimento, um espaço que, por estar à margem desse padrão, preserva relações comunitárias pouco hierarquizadas, e enseja a continuidade de formas mais ambientalmente sustentáveis de produzir, submetidas às culturas de intercâmbio material tradicional entre sociedade e natureza”. (BENEVIDES, 2002, p.27)

Ressalta-se que o turismo não pode ser visto como uma panacéia (CUNHA ; CUNHA, 2005) para resolver os problemas existentes, já que nem todas as regiões possuem condições para o desenvolvimento turístico. Os destinos devem estar estruturados e ter características físico-culturais adequadas e acessibilidade para atrair turistas e viabilizar-se economicamente.

Nesse caso fica evidente a importância do planejamento em todos os níveis, não só em turismo, pois deve-se levar sempre em conta que qualquer planejamento é sempre preferível a sua ausência (DIAS, 2003b).

O setor público não é o único responsável pelo desenvolvimento turístico local, a articulação entre os agentes e a comunidade constitui condições favoráveis para o desenvolvimento local.

Por outro lado, a participação da comunidade na elaboração e implantação de planos turísticos é mínima, deve-se então valorizar a população local

para o bom desenvolvimento turístico da região. Magalhães (2002, p. 90) complementa ao dizer que:

é preciso buscar o apoio da comunidade desde o início da organização territorial destinada a impulsionar o turismo. Sabe-se que isso é difícil, mas é possível, e até imprescindível, para se alcançarem os resultados satisfatórios do desenvolvimento sustentável do turismo com base local.

Acrescenta-se a visão da OMT (2003a, p. 95) com relação ao envolvimento da comunidade no turismo:

[...] é essencial envolver as comunidades locais no processo de desenvolvimento turístico. Através desse envolvimento, elas entenderão o turismo, terão maiores condições de lidar com esse novo desenvolvimento em sua área e de participar dos seus benefícios, sendo, portanto, mais provável que apóiem o turismo. Além disso, as comunidades locais são as que melhor conhecem sua área e sociedade, podendo apresentar boas idéias quanto ao desenvolvimento turístico e às formas de participar desse desenvolvimento.

Programas de conscientização turística são necessários para enfatizar os benefícios providos do turismo e das responsabilidades deles no desenvolvimento turístico. Além disso, o contínuo monitoramento das tarefas operacionalizadas pela comunidade deve ser mantido, para descobrir que ações estão sendo realizadas e de que forma e também identificar os problemáticos e os que exigem reorientação.

Em Magalhães (2002, p. 90 - 91), encontramos o seguinte esclarecimento:

valorizar a participação da população local no processo de tomada de decisão e no planejamento integral para o turismo é, nos dias atuais, uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento sustentável dessa atividade. Verifica-se que na maioria das vezes os moradores querem benefícios advindos do turismo, mas não compreendem, de forma, realista, o que significa alcançá-los e quais são seus impactos, quais são as mudanças de comportamento necessárias para conservar o ambiente invés de consumi-lo predatoriamente. À medida que a comunidade vai se sentindo envolvida, torna-se mais motivada em relação a sua participação e inserção no processo. Além disso, pode ocorrer o desenvolvimento do senso de responsabilidade necessário ao cumprimento da tarefa de ser guardião dos patrimônios natural, histórico e cultural, encontrados no município. É fundamental, ainda, que ela se beneficie do turismo, sendo certo que esse fato só será realidade caso a sua participação ocorra desde as primeiras etapas do planejamento.

Aplicar um turismo diferenciado, que envolva a participação da comunidade é benéfico para a localidade, pois também é um fator de minimização dos impactos negativos. Quando governos tornam-se socialmente responsáveis,

eles arriscam-se no momento em que as ações em prol do desenvolvimento local e sustentável de hoje sejam favoráveis para o futuro (POLONSKY, 1994).

Nesse sentido, é bom lembrar que as políticas de turismo e os Programas de Municipalização, trabalham diretamente no município envolvendo a participação da comunidade e dos agentes responsáveis pelo turismo, contribuem para o desenvolvimento local. No próximo tópico, enfatiza-se a questão das políticas públicas de turismo como auxiliadoras da importância do turismo para uma localidade e como esse contribui para o desenvolvimento.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO

Compete ao Estado, a execução de tarefas que garantam a satisfação e anseios da população. Por isso, traduz-se neste item a trajetória das políticas de turismo no âmbito federal para entender a presença e as funções delegadas ao poder público a fim de alcançar os objetivos comuns da população.

O histórico das políticas públicas de turismo no Brasil é recente, mas a partir da década de 90, encontra-se uma agilidade no desenvolvimento da mesma, no momento que governantes percebem a função e a definição real do turismo e passam a priorizá-lo em seus planos de desenvolvimento.

A forma encontrada para minimizar os impactos negativos do turismo, é o planejamento turístico adequado, e a formulação de políticas de turismo. Para compreender melhor, Beni (2001, p. 177) afirma que:

a política de turismo é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos, programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e resignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais.

Em outros estudos, Beni (2002) sintetiza ao dizer que “política é o curso de ação calculado para alcançar objetivos específicos. [...] e políticas são orientações específicas para a gestão permanente do turismo, abrangendo os inúmeros aspectos operacionais da atividade” (p. 80). Complementando, a OMT

(2003b) reconhece que o turismo é um ambiente moldado por muitas forças distintas e que faz parte de uma rede de políticas, leis, regulamentações e outras ações do governo.

Esse estudo de política de turismo é trabalhado sempre de acordo com a realidade comum de quase todos os países. Os órgãos públicos têm como função específica determinar prioridades, criar normas, além de administrar recursos e estímulos. Pois ele que dá as diretrizes e provê as facilidades (BENI, 2001).

No âmbito federal, cabe a criação de diretrizes e a coordenação dos planos de âmbito nacional e dos que se projetem para o exterior. Para o âmbito estadual os projetos regionais e locais, como o caso do Plano Maior.

Fica claro que, no turismo, a política exerce função primordial, pois para o seu desenvolvimento são necessários ações dos governos para direcionar a atividade turística a obter os resultados finais desejados e manter as metas.

A política do turismo está inter-relacionada com outras políticas (econômica, educacional, saúde, etc.) a fim de articularem metas e diretrizes para buscar o desenvolvimento desejado da sociedade moderna.

Para Solha (2006, p.92) não resta dúvida de que “a política do turismo deve funcionar tanto no estímulo e no controle direto do desenvolvimento do turismo como também deve preocupar-se com a proteção dos interesses da sociedade”.

Impõe-se ainda observar que (DIAS, 2003a, p. 123):

um aspecto importante a ser considerado na elaboração de políticas públicas é a participação da sociedade. Atualmente, há uma reinterpretação do significado do “público” implicando a participação de outros atores, além do governo, na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas.

Esse novo conceito foi discutido no tópico anterior, no momento que agentes reconhecem e aceitam a comunidade local como parceira do desenvolvimento turístico sustentável e local, colidindo com os objetivos que se expressam nos impactos (positivos) sociais, ambientais, econômicos e culturais. Dessa maneira, é possível alcançar os objetivos comuns da população.

A finalidade das políticas públicas para o desenvolvimento e gerenciamento do setor turístico, excita gestores privados e comunidade a verem no turismo, oportunidades antes não imaginadas (emprego, divulgação da cultura, renda etc). Mas para isso, é importante formular uma política de desenvolvimento

turístico e um plano físico turístico com base nos objetivos, nos levantamentos, na análise e na síntese (OMT, 2003a).

As palavras da OMT (2003a, p. 86) confirmam:

os papéis do setor público no desenvolvimento turístico são, via de regra, a política, o planejamento e a pesquisa, proporcionando uma infra-estrutura básica, desenvolvendo alguns atrativos turísticos, fixando e administrando padrões para instalações e serviços turísticos, estabelecendo padrões para a educação e o treinamento para o turismo, além de estimulá-los, mantendo a segurança e a saúde públicas e algumas funções de *marketing*. Oferecer incentivos para atrair investimentos do setor privado ou mesmo arriscar-se em conjunto com o setor privado em alguns projetos também pode ser necessário para encorajar a iniciativa privada no desenvolvimento. O compromisso político pelo desenvolvimento do turismo de modo planejado e sustentado é essencial para proporcionar a base para a implementação. A conquista desse compromisso normalmente exige a educação de elaboradores de políticas quanto à importância potencial do turismo na área e à necessidade de desenvolvê-lo obedecendo aos padrões sustentáveis.

Parcerias com o setor privado são decisivas para uma gestão territorial participativa, conciliando com os ideais políticos. Beni (2002, p. 83) julga que:

a participação sempre crescente da iniciativa privada no desenvolvimento turístico diminui o papel do governo no sentido operacional, mas não no de controle de gestão. O governo ainda detém a responsabilidade pela aceitação completa do turismo que desenvolve, assim como a responsabilidade total, coletiva, de assegurar que os benefícios auferidos do turismo, até mesmo os financeiros, sejam obtidos mediante a satisfação, em primeiro lugar, das necessidades sociais, culturais e ambientais.

Beni, já trabalha a inserção e parceria do setor privado, como um somatório nas políticas de turismo. Pois de certa maneira, a gestão privada contribui também para o desenvolvimento (infra-estrutura, etc) e a geração de emprego e renda. Esta conciliação entre os setores não retiram do governo obrigações primárias com relação ao turismo, neste sentido, a OMT (2003b) caracteriza as políticas em formais (leis, documentos e falas oficiais) e informais (padrões ou tendências da ação governamental).

3.2.1 Evolução das políticas de turismo no Brasil

Para melhor compreensão da realidade das políticas de turismo, destaca-se a evolução das mesmas, enfocando seus objetivos de acordo com as influências da época, assim compreende-se como os fatores externos interferem:

- a) *1950-1970*: quando se verificava a expansão do turismo de massa, eram comuns as políticas de fomento, que tinham como principal intuito o aumento do fluxo de visitantes;
- b) *1970-1985*: as políticas começavam a focar o turismo como agente de desenvolvimento, havendo um crescente envolvimento governamental no fornecimento de infra-estrutura;
- c) *1985-atual*: observa-se, ao mesmo tempo, maior preocupação com as questões ambientais e um grande aumento da competitividade, estimulando um posicionamento responsável e profissional do setor, no qual o Estado diminui sua interferência e procura assumir um papel de coordenação e estruturação da atividade (OMT, 2001).

No Brasil e no Maranhão, as políticas públicas do turismo (ANEXO 2) são recentes e há poucos estudos aprofundados sobre a temática. As políticas de turismo tiveram início tímido na década de 30, com o surgimento do Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938 que autorizava a venda de passagens aéreas, marítimas e rodoviárias. Em 1939, por meio do Decreto-lei nº 1.915 de 27 de dezembro criou-se o primeiro órgão oficial de turismo de administração pública federal, a Divisão de Turismo que objetivava superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo (DIAS, 2003a).

Somente em 1958 foi criada a Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR no governo de Juscelino Kubitschek, para orientar o desenvolvimento turístico nacional. Sua criação dá-se pelo Decreto-lei nº 44.863 de 21 de novembro, podemos dizer que o COMBRATUR foi o primeiro esforço articulado de uma política nacional de turismo (DIAS, 2003a).

Anos depois, estabeleceram-se diretrizes para elaboração de políticas públicas de turismo e em 1966 dá-se a criação da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR (atual Instituto Brasileiro de Turismo) sob o Decreto nº 55 de 18/11/66,

tendo como objetivos formular, coordenar, executar a política nacional do turismo, através de um planejamento (EMBRATUR, 2005).

O Decreto Lei nº 55/66, no seu artigo 1º, apresenta o conceito da política nacional de turismo como sendo a “atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país” (BRASIL, 2005).

Um ano depois, o Decreto-lei nº 60.224 regulamenta o Decreto-lei nº 55/66 criando o Sistema Nacional do Turismo, constituído pelo Conselho Nacional de Turismo - CNTur, EMBRATUR e Ministério das Relações Exteriores, onde ficou delegada funções específicas para cada órgão (DIAS, 2003a).

Deste período em diante, tem-se no Brasil ações relacionadas para a prática do turismo e para a promoção do país no exterior, valorizando assim os atrativos naturais, culturais e históricos.

Em 19 de abril de 1969, foi designado para o CNTur a elaboração do Plano Nacional de Turismo (Plantur). O seu segundo artigo traz os seguintes objetivos:

- a) desenvolvimento do turismo receptivo, como fator preponderante para a geração e captação de divisas, dando-lhe tratamento de mercadoria exportável, para efeito de comercialização;
- b) incremento de turismo interno com vistas ao acréscimo de rendas, e à dinamização de atividades econômicas nas áreas em que se desenvolva;
- c) desenvolvimento do turismo em bases que estimulem o aparecimento de atividades correlatas ou decorrentes e a absorção de mão-de-obra, especializada ou não, gerando oportunidades no mercado de trabalho;
- d) estímulo aos investimentos privados de interesse turístico;
- e) concessão de estímulos fiscais e outras facilidades que propiciem a canalização de empreendimentos turísticos para as áreas que deles necessitem e apresentem condições potenciais favoráveis (DIAS, 2003a).

Em 1971, tem-se o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) que buscava promover recursos financeiros para a aplicação em investimentos no setor, em empreendimentos privados e na infra-estrutura turística. Algumas ações isoladas foram postas em prática, porém não se observava um esforço coeso que pudesse caracterizar uma política nacional.

No término da década de 80, têm-se a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR, que surgiu a partir da iniciativa de Governadores do Nordeste, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, do Banco do Nordeste, EMBRATUR e Comissão de Turismo Integrado do Nordeste - CTI/NE. Pois perceberam o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social para a região que sofre de inúmeras carências.

A fase I denominado PRODETUR/NE I, tem por objetivo promover, de forma sistêmica, o desenvolvimento do setor turístico da região Nordeste, a partir da disponibilização de infra-estrutura de apoio ao turismo, priorizando ações que mantenham e expandam a atividade turística, além de incentivar a participação da iniciativa privada, para que conseqüentemente se obtenha a geração de renda. Teve como prioridade a criação e melhoria da infra-estrutura básica deficitária na região. O programa envolve mais de 380 projetos na região Nordeste, vale ressaltar que o programa está inserido no contexto de ação estratégica do Governo Federal e prioridade nacional por sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, traduzido por crescimento econômico, inserção social e equilíbrio ambiental (BANCO DO NORDESTE, 2005).

Em seguida, tem-se o PRODETUR/NE II que objetiva a melhoria da qualidade de vida e integração da comunidade que reside nos Pólos de Desenvolvimento Integrado do Turismo, além de vir com uma visão de qualificação de mão-de-obra e consolidação do programa da região. Seu foco está na sustentabilidade dos investimentos realizados na fase I e priorizar as ações que visem completar e complementar os projetos financiados (BANCO DO NORDESTE, 2005).

Nos mesmos moldes dos dois programas, sendo que este prioriza o desenvolvimento sustentável, é constituído o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR que trabalha com os pólos de ecoturismo, tendo como objetivos a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento turístico sustentável nestes pólos. É um programa de planejamento estratégico e investimento e garante o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia brasileira. Em julho de 1999, foi assinado o primeiro convênio do PROECOTUR com o Governo do Maranhão, na ordem de R\$: 1.340.000,00, e o primeiro projeto implantado foi orçado em R\$: 555 mil, que seria a abertura e pavimentação da estrada MA 006 – trecho Cururupu-Pindobal (BANCO DO NORDESTE, 2005).

Os PRODETUR/NE I e II de certo modo conseguiram alavancar o turismo na região Nordeste com seus projetos e linhas de financiamento, incentivando os governantes a investirem em estrutura e qualificação.

No início dos anos 90, no governo Collor, a EMBRATUR passa da categoria de empresa pública para a de autarquia, recebendo a denominação de Instituto Brasileiro de Turismo, sendo responsável a coordenar e executar a política nacional de turismo (EMBRATUR, 2005).

Em 1992, a EMBRATUR lança o seu Plano Nacional de Turismo - PLANTUR, para ser executado no período de 1992 a 1994, considerado pelo Instituto como primeiro passo de política nacional de turismo. Foram levantados diversos objetivos e metas a serem cumpridas num curto período, além de inúmeros programas e planos com abrangência nacional e internacional.

Dias (2003a, p.134) considera o PLANTUR “um plano detalhado de ações a serem deflagradas pelo poder público federal para efetivar a política nacional de turismo”. Ao contrário de Dias, Rodrigues (1996, p. 151) analisa que:

o PLANTUR não expressava uma política clara e consistente. Muito pelo contrário, no estabelecimento das suas metas prioritárias, nos seus programas e subprogramas, observa-se uma nítida falta de coerência e de articulação tanto intra como intersetorial. [...] Os programas são aparentemente estanques, sem coerência interna, além de serem desarticulados com os outros setores da economia.

Cruz (2001, p.62), confirma Rodrigues ao inferir que “o que deveria constituir um instrumento de efetivação da política, é instituído antes da política de turismo ser implementada”.

No ano de 1994 o governo descentraliza com a municipalização de turismo com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que preconiza o desenvolvimento do turismo interno, com base nas potencialidades locais (MAGALHÃES, 2002).

Conforme a Empresa Mineira de Turismo (TURMINAS, 2005), o PNMT “é um processo de desenvolvimento turístico, que prioriza a conscientização da população para as ações que serão desenvolvidas no município, visando o crescimento do setor turístico”. São objetivos do PNMT a conscientização da população sobre a importância do turismo como fator econômico, geração de

emprego, melhoria na qualidade de vida, preservação dos patrimônios naturais e culturais.

Esse programa se tivesse atingido suas metas, teriam mudado a percepção de se trabalhar o turismo de forma local. Pois nesse plano, a ferramenta chave é o envolvimento da comunidade local e do município num todo. Ou seja, construir juntos e trabalhar o turismo a partir das necessidades atuais e reais do município. Conseqüentemente, o turismo surge como um ordenamento das ações realizadas. Com o modelo de política de integração, no sentido de baixo para cima (comunidade → município) desenvolvendo o turismo sustentável e local.

Alguns municípios conseguiram implantar os objetivos e metas do PNMT, como o caso do município de Bonito (ver capítulo 7), que tornou-se hoje um dos exemplos de integração entre comunidade, setor público, setor privado e entidades não-governamentais.

Para reforçar o PNMT, o governo federal adota uma Política Nacional de Turismo que tem como preocupações principais (EMBRATUR, 2005, 01):

a ordenação das ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social; a definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais e a orientação referencial para o setor privado.

A Política Nacional de Turismo apresenta também os seus objetivos estratégicos, que são: fomento centrado na infra-estrutura básica turística e na capacitação profissional; defesa do consumidor; desenvolvimento do pensamento estratégico; busca da qualidade de serviços; descentralização; conscientização da sociedade brasileira para a importância do turismo; articulação intra e extra governamental; democratização do turismo interno; promoção externa e inserção internacional do turismo brasileiro. As metas a serem alcançadas com a chegada de turistas estrangeiros eram de 3,8 milhões até 1999 e um acréscimo de US\$ 4 bilhões na entrada de divisas. (EMBRATUR, 2005)

Para Magalhães (2002), outras políticas públicas foram difundidas no país, podemos citar: Ecoturismo – Diretrizes para uma Política Nacional; Manual Indígena de Ecoturismo; Manual Operacional do Turismo Rural.

Até o momento, inúmeras foram as tentativas de introduzir políticas de turismo (tanto em nível nacional como local) sem que as mesmas atingissem os objetivos finais.

Beni (2001) faz uma leitura prática da atuação da Política Nacional de Turismo enfocando a falta de uma intersectorialidade global, que deixa de abranger instrumentos necessários ao efetivo e o contínuo desenvolvimento do turismo no Brasil.

Com a posse do novo Presidente da República em 1º de janeiro de 2003, o turismo incorpora uma posição de destaque e passa a prioritário com a criação do Ministério de Turismo, que tem as seguintes atribuições:

- a) criar uma política nacional de desenvolvimento do turismo;
- b) promover e divulgar o turismo nacional, no Brasil e no exterior;
- c) estimular às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;
- d) planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a atuação dos planos e programas de incentivo ao turismo (DIAS, 2003a).

No mês de abril, o Ministério de Turismo apresenta o Plano Nacional do Turismo tendo como objetivos (EMBRATUR, 2005):

- a) Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais;
- b) Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional;
- c) Dar qualidade ao produto turístico e diversificar a oferta turística
- d) Estruturar os destinos turísticos e ampliar e qualificar o mercado de trabalho;
- e). Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional.
- f) Ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional.
- g) Aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista

Ao longo destes anos o Plano deverá consolidar algumas ações (EMBRATUR, 2005):

- a) deverá se transformar em fonte geradora de novos empregos e ocupações, proporcionando uma melhor distribuição de renda e melhorando a qualidade de vida das comunidades;

- b) ao contribuir para multiplicar os postos de trabalho no território nacional, poderá interferir positivamente no âmbito da violência urbana, fortalecendo a segurança da população; Ministério do Turismo
- c) deverá transformar-se em um agente da valorização e conservação do patrimônio ambiental (cultural e natural), fortalecendo o princípio da sustentabilidade;
- d) tornar-se-á um instrumento de organização e valorização da sociedade, articulando seus interesses econômicos, técnicos, científicos e sociais, com o lazer, a realização de eventos, feiras e outras atividades afins;
- e) poderá, por meio de programas de qualificação profissional, elevar a qualidade da oferta turística nacional, fator essencial para inserir o país competitivamente no mercado internacional;
- f) atuará como mecanismo instigador de processos criativos, resultando na geração de novos produtos turísticos apoiados na regionalidade, genuinidade e identidade cultural do povo brasileiro, fortalecendo a auto-estima nacional e a de nossas comunidades;
- g) a partir das novas políticas sociais, poderá configurar-se como uma das mais eficazes expressões do uso do tempo liberado do trabalhador, contribuindo para a sua saúde física e mental;
- h) ao ser fortalecido internamente pelo exercício contínuo e sistêmico de consumo pela sociedade brasileira, deverá criar as condições desejáveis para a estruturação de uma oferta turística qualificada capaz de atender melhor o mercado internacional; Ministério do Turismo;
- i). para alcançar as metas desejáveis no balanço de pagamentos, exigirá normatização e legislação adequadas com vistas à facilitação e o aumento da entrada de turistas estrangeiros;
- j). por sua dinâmica, necessita de uma constante troca de informações entre os destinos turísticos, a oferta, e os mercados consumidores, o que requer investimentos constantes em *marketing*. Por fim, é importante salientar que as metas desafiadoras para o período 2003 - 2007 requerem entusiasmo e determinação, cujo atingimento somente será possível por meio de um esforço conjunto entre agentes públicos e privados para solidificar uma estrutura turística integrada e duradoura, baseada na força das *Parcerias e na Gestão Descentralizada*.

Seu prazo de execução dá-se até o ano de 2007, tendo como metas aumentar o fluxo de turistas estrangeiros no Brasil para 9 milhões/ano; gerar 1.200.00 empregos novos; gerar 8 bilhões de dólares de divisas; fazer com que o número de vôos domésticos chegue a 65 milhões/ano e ampliar a oferta turística do país, criando no mínimo três produtos em cada Estado e no Distrito Federal.

Conclui-se, neste item, que durante muito tempo os objetivos oficiais do turismo no Brasil foram fixados de forma errônea, ou então, pela falta da elaboração e execução do planejamento voltado para o turismo. As políticas orientam / decidem / regulamentam as ações a serem executadas, mas por este processo ser complexo e difícil, o planejamento ocupa o curso da ação e determina como estas devem ser aplicadas e quais os benefícios oriundos serão gerados. Portanto no próximo item, fundamentar-se-á o planejamento do turismo.

3.3 PLANEJAMENTO

Beni (2002) afirma que o planejamento é o raciocínio sobre os fundamentos do turismo, por ser complexo. Neste sentido, objetiva-se neste tópico a fundamentação do planejamento e como este afeta o desenvolvimento do turismo. Vale ressaltar que o planejamento é um processo contínuo e dinâmico que mantém o sistema de turismo. No sub-item 3.3.1.1, percebe-se a importância da “retro-alimentação” do planejamento turístico. Já no último sub-item, a compreensão do sistema de turismo como um conjunto que aborda os ambientes ligados ao turismo.

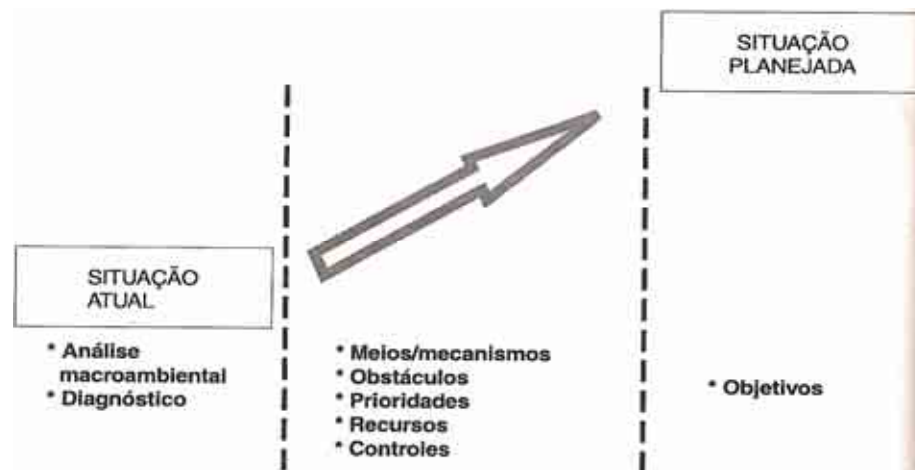
Os estudos relacionados ao planejamento são antigos, podem ser encontrados em muitas línguas há muitos séculos. Atualmente, o planejamento é visto como um dispositivo de liderança e administração, e é considerado um dos melhores métodos para preparar a organização para as mudanças desejadas que se pretende aplicar no ambiente. Megginson (1986, p. 104) alega que:

planejamento implica o desenvolvimento de um programa para realizar os objetivos e metas da organização. Por isso o planejamento envolve reconhecer as necessidades de ação, investigar e analisar as necessidades, desenvolver uma proposta de ação com base na investigação e na análise, e tomar uma decisão.

Para facilitar a compreensão desse conceito, procura-se esclarecer algumas razões que levam a um planejamento. Em síntese, deve-se destacar os programas e constatações presentes para aumentar as oportunidades de atingir no futuro os objetivos e metas, ou seja, incrementar as possibilidades de tomar decisões hoje que afetarão no decorrer do tempo.

Um outro aspecto é a função do planejamento definida por Eagles et al. (2002) que compreende o planejamento como um processo que envolve o futuro, dentro de uma alternativa plausível, que implementando suas estratégias e ações irão beneficiar os envolvidos. Ou seja, o planejamento nos muda do presente para o futuro.

No quadro abaixo esses conceitos podem ser visualmente verificados:



Quadro 1 – Esquemática de Planejamento
Fonte: Petrocchi, 1998, p.52

Para garantir o sucesso do planejamento, Petrocchi (1998) observa que ele é composto por um sistema que envolve a informação (colhe os dados), decisão (decide como será aplicado) e ação (implantação e execução dos dados).

Este ciclo do planejamento é contínuo, uma vez que é um processo dinâmico e permanente, pois exige um repensar constante, até mesmo após a realização dos objetivos.

Os aspectos do planejamento orientam na escolha de critérios a serem adotados na fase de elaboração do plano:

ASPECTOS	CLASSIFICAÇÃO	SUBCLASSIFICAÇÃO
<i>Temporal</i>	curto prazo médio prazo longo prazo	
<i>Geográfico</i>	mundial, continental nacional, estadual, multirregional regional, microrregional	rural urbano
<i>Econômico</i>	macroeconômico microeconômico	
<i>Administrativo</i>	público (normativo) privado (indicativo)	centralizado descentralizado
<i>Intencional</i>	estratégico tático operacional	
<i>Agregativo</i>	global setorial local	

Tabela 2 – Aspectos do Planejamento
Fonte: Petrocchi, 1998, p. 24

No aspecto intencional, o planejamento estratégico (a longo prazo) ocupa a torre da pirâmide, pois se refere ao direcionamento da organização e investimento em conhecimento para dominar o mercado através de constantes inovações e serviços. O tático (médio prazo) é o intermediário, além de ser departamental ou setorial, e o operacional (curto prazo) cuida das tarefas mais simples (BOITEUX ; WERNER, 2003).

Na prática o planejamento adapta-se à realidade ou é imposto pela política. Dias (2003a, p. 89) constata que “a técnica do planejamento legitima um poder, pois aquele que a utiliza impõe sua vontade ao interferir na vida das pessoas e direcionar suas atividades, entre outras possibilidades”.

Na sua essência, o planejamento depende de ações do conjunto de uma sociedade, no momento que estes são os principais receptores das atitudes tomadas pelos indivíduos idealizadores do plano.

De acordo com a necessidade do planejamento para solucionar problemas, existem três tipos, que são instrumentos significativos para delimitar sua abrangência:

Tipos de planejamento		
Características	Tático ou operacional	Estratégico
Temporais	Curto prazo	Longo prazo
Flexibilidade para alterações	Alterações mais fáceis	Alterações difíceis
Incidência de atividades	Pequeno número de atividades	Grande número de atividades
Ambiência	Ambiente interno	Ambiente externo

Tabela 3: Tipos de Planejamento
 Fonte: Petrocchi, 1998, p. 25

Independentemente dos aspectos, o planejamento possui características similares:

- a) em relação ao tempo, a ação do planejamento se volta, sempre, para o futuro. O presente e o passado devem ser considerados como pontos de referência;
- b) objetiva orientar a transformação da realidade presente, em rumos predeterminados;
- c) as necessidades e os problemas são os fatos geradores do planejamento; quanto maior o número ou a seriedade dos problemas, mais necessário se torna o planejamento;
- d) implica a existência de um sujeito ou agente do planejamento;
- e) as informações são fundamentais para se elaborar o planejamento;
- f) os instrumentos do planejamento são os planos, programas e projetos;
- g) implica a direção de caminhos ou ações diversas;
- h) as ações a serem empreendidas para atingir o objetivo proposto têm uma seqüência lógica e são realizadas de modo organizado (DIAS, 2003a).

O modelo de planejamento não representa o domínio do futuro, pois não pode-se prever o futuro, e sim termos uma série de probabilidades que venham acontecer baseadas nas informações atuais. O sucesso ou fracasso do planejamento está atrelado a dois fatores:

Análise externa
ECONOMIA: renda e sua distribuição, preços, empregos, grau de endividamento, padrões de consumo etc.
DEMOGRAFIA: Número de habitantes e sua composição, distribuição, escolaridade, faixas etárias, etc.
POLÍTICA: Legislação, regulamentações dos diferentes níveis de governo, movimentos populares etc.
TECNOLOGIA: tecnologias de produto, processo de fabricação, prestação de serviços, comunicação etc.
ECOLOGIA: Disponibilidade de recursos naturais e energéticos, grupos não-governamentais, imprensa etc.
CULTURA: Estilos de vida, valores da sociedade, atitudes do público, cultura popular etc.
Análise interna
RECURSOS FINANCEIROS: Examinar disponibilidade do fluxo de caixa, orçamento anual e possibilidades de acesso a outras fontes.
RECURSOS HUMANOS: Quantificação e qualificação, soluções alternativas, nível de satisfação dos empregados e fatores de motivação.
RECURSOS DE CAPITAL: instalações e equipamentos, nível de atualização, domínio tecnológico.
MÉTODOS DE TRABALHO: Divisão do trabalho, atribuição de autoridade, produtividade e qualidade, coordenação das atividades, controles, atendimento ao mercado.
INSTRUMENTOS DE MARKETING: Missão, objetivos e metas, estratégias de marketing, planos setoriais, promoção, informação, etc.
CULTURA ORGANIZACIONAL: Valores compartilhados pelas pessoas que contribuem para o sucesso da organização.

Tabela 4: Análise interna e externa

Fonte: Petrocchi, 1998, p. 48 - 50

Estas influências estão ligadas à escolha de variáveis e questões técnicas (ex.: pessoal capacitado e dados confiáveis).

Para concluir estas observações, Dias (2003a, p.94) lembra que:

as condições de sucesso estão mais ligadas a fatores externos ao planejamento e que na realidade condicionam sua execução. Entre os mais importantes está primeiro, o fato de que deve haver um apoio inequívoco da comunidade que precisa estar convencida de sua necessidade e, segundo, a estrutura política que deve respaldar sua aplicação.

Recordando a noção de planejamento, este “é praticamente impossível propor uma metodologia como única e verdadeiramente correta para planejar” (MOLINA, 2001, p. 80). Pois a realidade do ambiente a ser planejado deve estar focada nos problemas reais e em comum acordo com a comunidade local. No âmbito do turismo deve ser objetivo, pois pode tornar-se um aliado para solucionar

os problemas ou acelerador dos problemas.

Para concluir estas observações, Molina (2001) destaca os elementos básicos do processo de planejamento:

- a) *o agente do planejamento*: o sucesso dos propósitos do planejamento depende, de uma correta condução do processo, e para isto é necessário que os agentes do planejamento possuam um conhecimento e uma experiência adequada;
- b) *a comunidade receptora*: os agentes do planejamento e a comunidade receptora devem ter um conhecimento completo de seus interesses e de suas aspirações ao envolver-se num esforço de planejamento;
- c) *a previsão*: refere-se à antecipação das variáveis que podem manifestar-se em cenários futuros. Deve-se encontrar essas variáveis e identificar se são ou não controláveis;
- d) *a informação*: constitui-se um elemento chave para reduzir a incerteza. Pois se há pouca informação haverá maior incerteza;
- e) *os objetivos*: desempenham o papel de guias no processo, pois as atividades de planejamento orientam-se no sentido de alcançá-los;
- f) *os meios*: representados pelos recursos de todo tipo (humanos, financeiros, etc.) são vitais para se atingirem os objetivos;
- g) *os prazos*: referem-se aos períodos dentro dos quais se devem desenvolver certas tarefas e os objetivos;
- h) *a coordenação*: é indispensável para dar numa seqüência lógica ao conjunto de atividades; à medida de que aumenta a coordenação, diminuem os custos do processo de planejamento;
- i) *a eficiência*: elemento do qual se obterá uma escala de valores para medir as vantagens e desvantagens de cada atividade.
- j) *a decisão*: refere-se à permanente escolha das opções que se apresentam. As decisões geram efeitos que se transferem ao futuro.

Esses elementos não podem ser trabalhados isoladamente, caso contrário, atingirá os objetivos de forma não esperada ou em prazos diferenciados.

Na elaboração do plano, o diagnóstico representa o sumário das condições passadas e presentes. Realizado o diagnóstico, tem-se o prognóstico que para Dias (2003a) é o comportamento futuro do que está sendo planejado.

Deve-se entender que (MOLINA, 2001, p. 79):

o planejamento é o resultado de um processo lógico de pensamento, mediante o qual o ser humano analisa a realidade abrangente e estabelece os meios que lhe permitirão transformá-la de acordo com seus interesses e aspirações. Disso resulta que, a forma adequada de planejar consiste em analisar objetivamente uma realidade e condicionar as ações ao problema.

Compreende-se que o planejamento depende do ser humano para resultar-se positivamente, por isso Megginson (1986) distingue as vantagens e desvantagens do planejamento. As vantagens são: ajuda a administração a adaptar-se e ajustar-se às mudanças no ambiente; auxilia na cristalização de acordos sobre assuntos de importância; capacita os administradores a verem o quadro operativo inteiro com maior clareza; ajuda a estabelecer mais precisamente a responsabilidade; proporciona um sentido de ordem às operações; ajuda a fazer a coordenação entre as várias partes da organização; tende a tomar os objetivos mais específicos e mais bem conhecidos; minimiza a adivinhação; poupa tempo, esforço e dinheiro. As desvantagens são: o trabalho envolvido no planejamento pode exceder suas verdadeiras contribuições; o planejamento tende a causar uma demora nas ações; pode restringir indevidamente o exercício de iniciativa e inovação da administração; algumas vezes os melhores resultados são obtidos por um indivíduo que avalie a situação e enfrente cada problema à medida que este for surgindo; de qualquer forma, poucos planos são consistentemente seguidos.

3.3.1 Planejamento turístico

No turismo, o planejamento é uma das ferramentas de grande importância para o desenvolvimento turístico de uma determinada região, no momento que ele contribui para a qualidade, estrutura, entre outros. Se acrescentado ao conceito de sustentabilidade, torna-se base para o desenvolvimento turístico sustentável.

É interessante lembrar que o desenvolvimento sustentável aparece como um novo paradigma para o crescimento estável (ecológico, sócio-cultural e econômico) que os governantes buscam desde a década de 40. Em síntese, o planejamento por meio do diagnóstico detecta este fato para mantê-lo no prognóstico.

Hoje, as ações futuras projetadas no planejamento do turismo caminham

alinhadas ao conceito de desenvolvimento sustentável. Vemos, portanto, a necessidade de um planejamento estratégico ambiental que se preocupe com a capacidade de sustentação dos lugares turísticos, com os impactos ambientais que podem ser causados com o turismo e com a forma do aproveitamento do território, entre outros (DIAS, 2003a).

Esses conceitos vêm sugerindo e permeando, com algumas experiências no Brasil. A partir de década de 90, novas formas de interação do planejamento entre as várias esferas de atuação governamental sejam federais, estaduais e municipais que articuladas entre si, têm conseguido mobilizar com maior ou menor intensidade, dependendo dos exemplos estudados, ações para a implantação de políticas de turismo, incorporando os pressupostos do desenvolvimento sustentável. Para entender-se melhor o conceito de planejamento, Silva e Costenaro (2004, p. 04) dizem que:

o planejamento consiste então, na preparação para a adoção de decisões que antecipem o futuro e definam ações que viabilizem os objetivos que se pretendem alcançar. Isso deve ser feito para que não ocorram impactos indesejados e inesperados, justamente pela falta de planejamento. O ato de planejar deve estar ligado às políticas de desenvolvimento do setor de turismo, envolvendo empresários, gestores públicos, instituições, turistas e, principalmente, a população residente local.

Neste sentido, pode-se dizer que o planejamento está focado basicamente nos seguintes objetivos: maior eficiência, processo racional, ações futuras, situação problema, adaptar às variáveis, processo permanente e contínuo, dados do presente e passado e a sistematização da situação.

No turismo o planejamento desempenha uma função importante para o desenvolvimento, à medida que os governos percebem que o setor gera crescimento e revitalização social e cultural.

Tratando-se de planejamento, é fundamental que um plano turístico tenha finalidades que venham de encontro com a realidade local. Segundo Ruschmann (2004b, p. 09):

a finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade.

Reforçando Ruschmann, destaca-se a seguinte explicação (DIAS, 2003a, p. 37):

o turismo é um consumidor intensivo de território, e portanto deve-se planejar seu desenvolvimento numa ótica que aponte claramente quais objetivos econômicos se deseja alcançar, quais espaços devem ser protegidos e qual a identidade que será adquirida ou fortalecida.

Cabe salientar que o planejamento está atrelado a fatores internos e externos e que as administrações públicas que apostam no desenvolvimento do turismo devem condicionar atenção para a necessidade do planejamento como elemento básico de instalação de infra-estrutura, crescimento econômico, proteção aos recursos frágeis (ex. meio ambiente, atrações culturais e históricas) e atender as necessidades dos autóctones e visitantes.

Por outro lado, Cooper et al. (2001, p. 234) diz que:

[...] alternativamente, pode-se adotar a postura reativa da teoria do caos. Esta abordagem está baseada na premissa de que existem variáveis demais, interna e externamente, para que seja possível planejar. Essas variáveis não podem ser controladas nem previstas com níveis suficientes de precisão. Portanto, é melhor desenvolvermos esquemas reativos para sermos capazes de atender ao inesperado, do que tentar um caminho pró-ativo, mas indeterminado.

Cooper et al. (2001) caracteriza o processo de planejamento indicando-o não como um conceito estático, mas sim como o melhor esquema reativo em um mundo de influências internas e externas que vivem em constante mudança.

Se verificarmos por este lado, o autor trabalha com a precisão, baseando-se na teoria do caos, que são objetos estudados que se inter-relacionam e constituem um sistema. No turismo, pode-se dizer que trabalhamos esse raciocínio como imprevisível e como um evento futuro que altera uma previsão física dita precisa. Considerando-se esse ponto, destacamos os objetivos do planejamento turístico, que se baseiam nos seguintes itens:

1. Fomento centrado no desenvolvimento da infra-estrutura básica e turística e na capacitação profissional;
2. Defesa do consumidor (garantindo a satisfação das expectativas dos turistas);
3. Desenvolvimento do pensamento estratégico (competitividade atuando com profissionalismo, utilizando as metodologias desenvolvidas pela OMT

e a integração universidade/empresa para formação de profissionais de turismo para o mercado);

4. Qualidade de serviços;

5. Descentralização envolvendo todas as esferas de poder de Estado, fortalecendo os órgãos Estaduais/Municipais de turismo e delegando atividades à entidades privadas;

6. Conscientização turística a todos os níveis (população, autoridades e empresas);

7. Articulação com outros agentes e setores da economia;

8. Democratização do turismo interno pela ampliação dos segmentos de consumo e a diversificação do produto turístico nacional;

9. Marketing e promoção do produto turístico brasileiro no exterior (NETO BONALD, 1999).

No turismo o plano age como fator de desenvolvimento turístico organizado, pois seus objetivos estão focados na monitoração constante das ações e devem ser baseados em leis ambientais e necessidades da população local.

A estrutura e seqüência do planejamento podem ser descrita como: reconhecimento e preparação do estudo; estabelecer os objetivos ou as metas para a estratégia; pesquisa dos dados existentes; implementação de novas pesquisas; análise dos dados secundários e primários; formulação inicial de políticas e plano; recomendações; implementação; monitoramento e reformulação do plano.

Existem vários níveis de planejamento turístico, desde o macro até o local, onde cada nível é direcionado a considerações específicas. Podemos descrever os níveis em: (a) internacional, (b) nacional, (c) regional, (d) local ou da comunidade, (e) planejamento do local, (f) design arquitetônico, paisagístico ou de engenharia. Sendo que em todos há uma relação comum do conceito central de planejamento, podemos destacar: organização de futuros eventos, para atingir objetivos especificados; integra as formas de planejamento econômico, físico, social e cultural; tenta produzir a melhor estratégia; é um modelo teórico para ação futura; determina o que se deve fazer e quais os objetivos a serem atingidos. (OMT, 2003)

Somando-se a isto, Oliveira (2004) diz que “mudanças fundamentais parecem ocorrer na maneira de planejar e implementar projetos, planos e políticas de desenvolvimento”.

Conscientes da importância do planejamento turístico, o papel do setor

público é essencial para disciplinar o desenvolvimento turístico, pois da mesma forma que o turismo gera divisa, empregos e outros, pode agredir o meio ambiente e disseminar culturas.

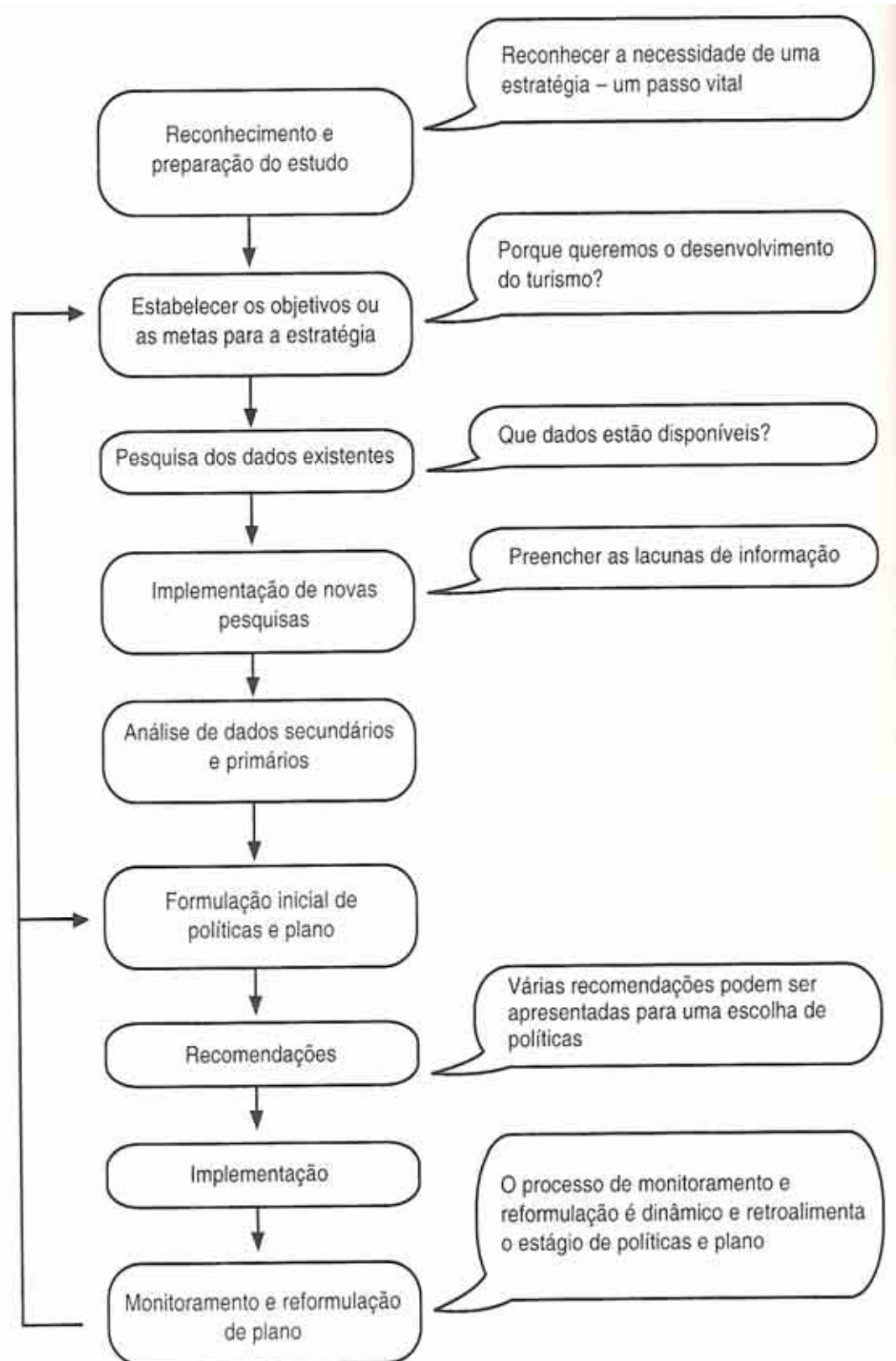
Cabe por fim notar que o planejamento passa a ser visto como área embrionária de atuação e suporte para o desenvolvimento turístico. (CUSTÓDIO, 2004)

3.3.1.1 Roteiro de planejamento turístico

O roteiro que se propõe apresentar neste sub-item está relacionado à cidade, ao estado ou município, pois temos como estudo de caso o Plano Maior e o município de Cururupu.

A proposta do planejamento é incrementar, melhorar, aperfeiçoar os núcleos turísticos à realidade desejada, onde as pessoas sintam-se a vontade com: a estrutura construída; o meio ambiente protegido; a qualidade dos produtos, entre outros (PETROCCHI, 1998).

Para exemplificar, optou-se em utiliza-se como referência os esquemas desenvolvidos por Cooper et al. (2001) e Petrocchi (1998). O primeiro mostra a estrutura e seqüências de forma geral e o segundo é mais específico ao setor turístico, exibidos quadros 2 e 3.



Quadro 2: Processo de planejamento
 Fonte: Cooper et al., 2001, p. 244



Quadro 3: Roteiro para planejamento
 Fonte: Petrocchi, 1998, p.68

Em ambos os exemplos há similaridade no quesito levantamento da situação atual e a situação desejada. A diferença está nas recomendações e monitoramento que Cooper et al. recomendam, e que atualmente fazem à diferença

na elaboração e execução do plano. Pois um plano sem monitoramento, tende a ser sujeito de falhas, pois há uma constante “absorção” de novos dados que contribuem para a melhoria das ações do plano.

Diferente de Neto Bonald (1999), Cooper et al. (2001, p.243) determina os objetivos comuns encontrados nos planos de desenvolvimento de turismo:

- a) Desenvolver um setor turístico que, em todos os aspectos e em todos os níveis, seja de alta qualidade, mesmo que não necessariamente de alto custo;
- b) Encorajar o uso do turismo, tanto para o intercâmbio cultural quanto para o econômico;
- c) Distribuir os benefícios econômicos do turismo, tanto os diretos quanto os indiretos, o mais amplamente e para a maior parte da comunidade anfitriã possível;
- d) Preservar os recursos naturais e culturais como parte do desenvolvimento do turismo e facilitar esta preservação através de projetos arquitetônicos e de paisagismo que reflitam as tradições locais;
- e) Apelar para uma variedade ampla de turistas internacionais e domésticos através de políticas e programas de desenvolvimento de locais e estrutura;
- f) Maximizar ganhos em moeda estrangeira para garantir uma balança de pagamentos eficiente;
- g) Atrair turistas com alto padrão de despesas;
- h) Aumentar oportunidades de emprego;
- i) Auxiliar regiões periféricas levantando os níveis de renda e emprego, diminuindo ou interrompendo a emigração.

Baseando-se nos autores, desenvolveu-se um roteiro de planejamento turístico, que ajudará a elaborar um quadro no capítulo 10, para analisá-lo com o Plano Maior:

1. Equipe do plano: escolher detalhadamente os especialistas que formarão o quadro de colaboradores;
2. Pesquisa de dados existentes;
3. Realização de novas pesquisas: caso seja necessário ou para atualizar os existentes ou estabelecer novos fatores que ajudarão;
4. Análise dos dados;

5. Formulação de planos;
6. Recomendações;
7. Implantação do plano;
8. Revisão e adaptação (caso durante o período, algum fator externo ou interno comprometa);
9. Monitoramento;
10. Reformulação.

Conclui-se que o desenvolvimento bem sucedido do turismo está enraizado na construção do plano e nas ações do sistema de turismo.

3.3.2 Sistema de turismo

Atualmente o turismo vem crescendo de uma forma que compreende uma grandiosa indústria que se relaciona com todos os setores da economia mundial. Ou seja, o turismo está inserido na economia de forma sistêmica, portanto considera-se que (LEMOS, 2001, p. 35):

o sistema econômico do turismo é a forma de organização da estrutura turística, composta por seus agentes econômicos, englobando o tipo de propriedade, a gestão dos recursos, o processo de circulação das mercadorias e de renda, o consumo e os níveis de desenvolvimento das tecnologias empregadas e da divisão do trabalho, gerando em essência, o valor turístico.

Neste contexto, Beni (2001) propõe um modelo de planejamento integrado do desenvolvimento turístico, trabalhando a teoria dos sistemas.

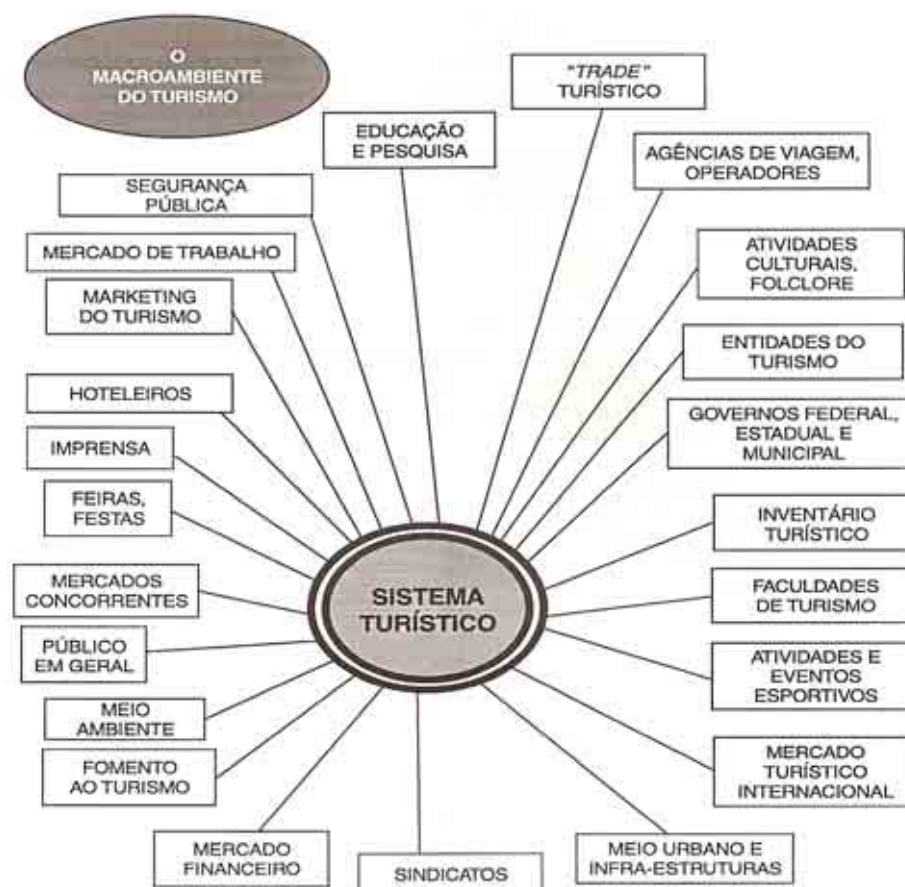
O autor possui publicações sobre Sistema de Turismo (SISTUR), em que aborda esta questão definindo-o como conjunto de partes que integram de modo a atingir um determinado fim de acordo com um plano ou princípio.

De acordo com os estudos de Beni (2001, p. 45), o objetivo geral do SISTUR consiste em:

organizar o plano de estudo da atividade de turismo, levando em consideração a necessidade, há muito demonstrada nas obras teóricas e pesquisas publicadas em diversos países, de fundamentar hipóteses de trabalho, justificar posturas e princípios científicos, aperfeiçoar e padronizar

conceitos e definições, e consolidar condutas de investigação para instrumentar análises e ampliar a pesquisa, com a conseqüente descoberta e desenvolvimento de novas áreas de conhecimento em turismo.

O SISTUR é formado por subsistemas de conjuntos das Relações Ambientais, da Organização Estrutural e das Ações Operacionais, em que há os subsistemas ecológico, econômico, social e cultural, da superestrutura, da infraestrutura, do mercado, da oferta, da demanda, de produção, de distribuição e de consumo. Todos formando uma “teia de aranha” (quadro 4), pois a conectividade entre todos é de extrema importância para que o processo chamado “turismo” venha estar de acordo com o programado (BENI, 2001).



Quadro 4: Sistema de Turismo
Fonte: Petrocchi, 1998, p.75

O SISTUR é definido como um sistema aberto. Sendo que no turismo a tarefa de configurar o ambiente do sistema é extremamente difícil, considerando a sua especificidade, complexidade e amplitude a partir do seu universo de análise e abrangência (BENI, 2001).

Conclui-se que a integração do turismo com o meio dá-se a partir de ações governamentais e do planejador, que entendem esse processo como

inadiável e necessário para um desenvolvimento articulado, participativo e compartilhado. A base de sustentação do planejamento turístico constitui-se do sistema de turismo, que articulado com todos os setores promove uma gestão turística competitiva e qualitativa.

Em nível mais regional, tem-se o Plano Maior (próximo capítulo), que se caracteriza como um plano de desenvolvimento do turismo de alguns municípios do Maranhão, que carecem de necessidades básicas para constituírem-se “atraentes” no mercado turístico.

4 PLANO MAIOR

No capítulo 3, abordou-se as questões de políticas de turismo e o planejamento. A partir dessa teorização, objetiva-se nesse capítulo detalhar o plano regional do Maranhão, intitulado Plano Maior.

Seguindo essa dinâmica de promoção e execução do turismo no Brasil, que se constitui uma das oportunidades para o desenvolvimento turístico sustentável, na medida em que aproveita as potencialidades regionais e a geração de empregos e divisas, a preservação do meio ambiente, a redução da desigualdade social, o Governo do Maranhão em 1999 prioriza o turismo como uma ferramenta importante para o desenvolvimento do Estado.

A contribuição de Petrocchi (1998) na sua visão de planejamento do turismo que se descreveu anteriormente colabora para o entendimento da composição das partes do Plano Maior na categoria de “fases”. Ou seja, o Plano Maior detalha os dados do Estado, verifica os municípios a serem beneficiados com o turismo e inicia a operação de infra-estrutura e o desenvolvimento do turismo.

Em 1999, o governo do Maranhão através da Sub-Gerência de Turismo contratou a empresa *Marketing Systems*¹ para a criação de um plano de turismo para o Estado do Maranhão, intitulado Plano Maior.

O Plano está dividido em três etapas: Fase I: Diagnóstico e Estratégia de Desenvolvimento (ANEXO 3) – maio a outubro de 1999; Fase II: Plano Operacional – outubro de 1999 até janeiro de 2000; Fase III: Implantação – a partir de janeiro de 2000. O prazo para o término do cronograma de ações, projetos, programas do Plano está previsto para o ano de 2010. Sublinhamos aqui a importância das fases I e II para este capítulo.

¹ A empresa *Marketing Systems* com sede em Barcelona e filial no Brasil, está se consolidando no Brasil como consultora na área de planejamento de turismo, tendo sido responsável no país pelo Plano Aquarela (plano de *marketing* do turismo do atual Governo Federal).

Para elaborar o Plano, a empresa primeiramente realizou uma radiografia geral da infra-estrutura (saneamento, economia, transporte, hotelaria, etc.) e dos atrativos turísticos (naturais, culturais e históricos) do estado do Maranhão, detectando os seus potenciais nos aspectos sociais, culturais, urbanos, naturais e a infra-estrutura que podem ser explorados no turismo.

Segundo o Plano, com esse mapeamento ter-se-á uma visão geral de todo o patrimônio que o estado possui para desenvolver da melhor maneira o turismo sustentável, sem prejudicar a população e o ambiente natural.

O governo do Maranhão já tinha dividido o estado em quatro pólos turísticos, mas em 17 de junho de 1999, por meio da Comissão de Acompanhamento, foi criado mais um pólo (Delta), totalizando cinco:

1 – *Pólo Histórico-Cultural*: São Luis, Alcântara, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar;

2 – *Pólo Lençóis Maranhenses*: Santos Amaro, Barreirinhas, Humberto de Campos e Primeira Cruz;

3 – *Pólo Delta do Parnaíba*: Paulino Neves, Tutóia e Araiões;

4 – *Pólo das Reentrâncias Maranhenses*: Cedral, Cururupu, Guimarães e Porto Rico do Maranhão;

5 – *Pólo Águas, Cachoeiras e Chapadas*: Imperatriz, Carolina e Riachão.

Com a delimitação e criação dos pólos, a empresa realizou um mapeamento turístico (infra-estrutura e atrativos) de cada município. Os resultados identificaram a existência de 149 recursos turísticos no Maranhão.

Em seguida, foram classificados os recursos por atividade de acordo com as novas tendências turísticas mundiais, conforme tabela abaixo:

TIPO	ATIVIDADE	DIURNAS	NOTURNAS
CONTEMPLATIVAS	Visita	Entrar em recintos ou em espaços determinados: Museus, igrejas, estádios, bibliotecas, parques, centros culturais, outros pontos turísticos	
	Passeio	Desfrutar da paisagem e percorrer em passeios a pé ou de carro	

(continua)

TIPO	ATIVIDADE	DIURNAS	NOTURNAS
VIVENCIAIS	Comida e Bebida	Café da manhã, almoço, lanches, aperitivos: Restaurantes, pizzarias, bares, lanchonetes, quiosques	Aperitivos e jantar: Restaurantes, pizzarias, lanchonetes, quiosques, bares, choperias
	Diversão	Assistir a espetáculos ao ar livre ou em recintos fechados: teatro, reggae, música ao vivo, shows, boates, cinemas	
	Compras	Visitar estabelecimentos comerciais: Feiras, centros de artesanato, galerias comerciais, leilão, ateliê, comércios de bairro	Shopping centers, feiras noturnas
	Esporte	Possibilidade de praticar esportes sem ser sócio de algum clube: Surfe, futebol, natação, mergulho, alpinismo, <i>cooper</i> , <i>rappel</i> , <i>mountain bike</i> , <i>trekking</i> , <i>rafting</i> , windsurf, canoagem etc.	
	Hospedagem	Modalidades de hospedagem existentes na área estudada: Hotéis, apart-hotéis, albergues, pousadas, <i>campings</i>	
	Banhar	Banhar-se no mar, rios ou lagoas e tomar banho de sol	
	Festas Populares e Religiosas	Assistir ou <i>participar</i> de eventos/cerimônias ao ar livre ou em recintos fechados: Bumba-meu-boi, tambor de mina, tambor de crioula, dança do carço, Festa de São José, Festa do Divino etc.	

Tabela 5 – Classificação de cada recurso por atividade
 Fonte: MARANHÃO, 1999, p. 26 - 27

Outra análise dos 149 recursos turísticos são os equilíbrios dos recursos existentes com relação a sua importância a nível global das atividades vivenciais (Gráfico 2):

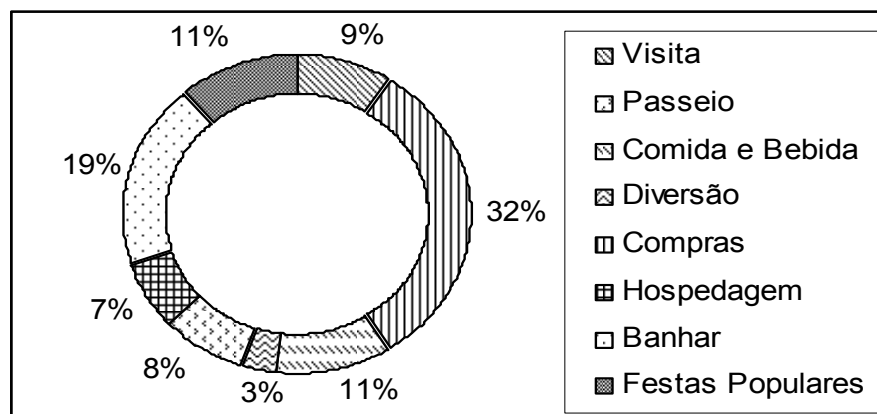


Gráfico 2 – Possibilidades do Maranhão
 Fonte: Maranhão, 1999, p. 29

Em cada pólo foi realizada a sua análise, sendo o pólo das Reentrâncias o de interesse para este estudo (Gráfico 3):

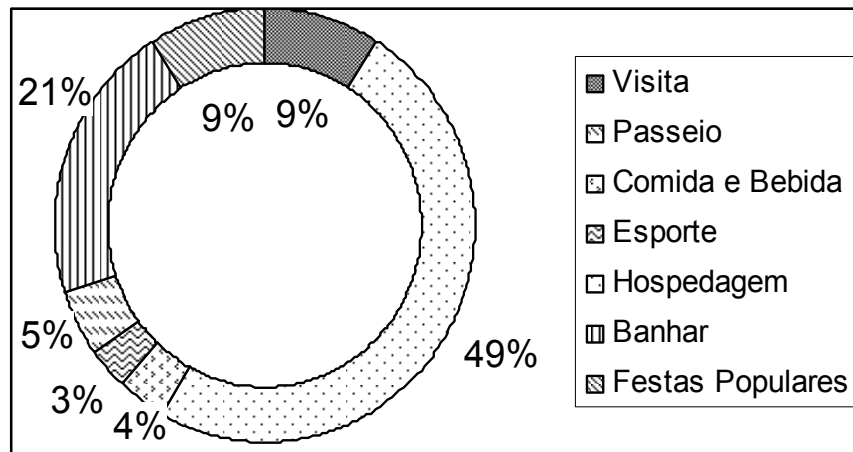


Gráfico 3 – Possibilidades do Pólo 4
Fonte: Maranhão, 1999, p. 31

Dentre os 149 recursos, foram selecionados 28 principais, que se configuram da seguinte maneira (Gráfico 4):

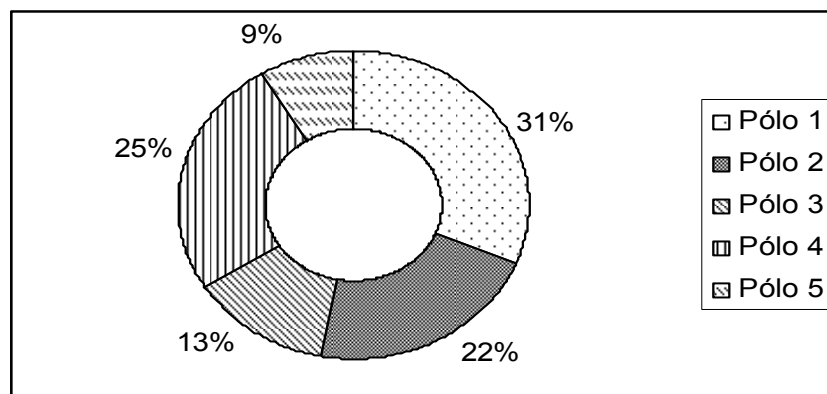


Gráfico 4 – O potencial do Maranhão por pólos
Fonte: Maranhão, 1999, p. 32

O pólo 4 (Reentrâncias) ocupa a segunda posição (25%) com grande parte dos recursos turísticos potenciais para a exploração da atividade turística. Mas no cenário atual ele ocupa a terceira posição.

Dando continuidade às análises, a empresa realizou uma pesquisa de marketing em agências, operadores e especialistas em ecoturismo com relação à imagem do Maranhão nos mercados: Brasil – São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio de Janeiro; Cone Sul - Argentina, Chile e Uruguai; Europa – Espanha, França, Inglaterra e Alemanha. Mediante este estudo foi possível levantar como o Maranhão era percebido no mercado turístico a nível nacional e internacional:

O MARANHÃO		
	O MELHOR	O PIOR
BRASIL	<ul style="list-style-type: none"> • Grande atratividade • Destino de grande potencial • Patrimônio histórico importante • Beleza natural 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta divulgação • Falta produto estruturado e oferta • Altos custos • Frequência de vôos • Receptivo precário • Infra-estrutura deficiente
CONE SUL	<ul style="list-style-type: none"> • Destino agradável • Riquezas naturais • O Parque Nacional dos Lençóis é um sonho 	<ul style="list-style-type: none"> • Não comunica suas riquezas • Vôos muito longos • Não compete em preços com outros destinos do Nordeste • Ninguém conhece, não há demanda
EUROPA	<ul style="list-style-type: none"> • Hospitalidade e gentileza • Belezas naturais únicas • É autêntico e tem forte identidade • Patrimônio histórico de grande valor 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de investimento e vontade • Não falam outras línguas • Não garantem bem-estar • Não têm consciência da importância do turismo • Não é etapa prioritária para o "descobrimento" do Brasil

Tabela 6: Avaliação da imagem do Maranhão
 Fonte: MARANHÃO, 1999, p. 42

Com essa avaliação, chegaram à conclusão de que no Brasil, 50 % conhecem o Maranhão, e que no Cone Sul somente 26% conhecem e na Europa 1% conhece. Mesmo com todo o potencial turístico, o estado não estava incluído também em roteiros turísticos de agências e operadoras para o Nordeste Brasileiro.

Outro passo realizado pela *Marketing Systems* foi a elaboração da opinião interna que contou com as sete comissões consultivas (hotelaria; gastronomia e restaurantes; cultura e lazer; agências de turismo; ecologia e meio ambiente; capacitação e treinamento; transporte e mobilidade). Também participaram da pesquisa políticos, profissionais de turismo, turistas, empresários e a população local. Concluíram que cada grupo chegou a um arremate diferenciado, em que uns focalizaram a questão da limpeza urbana, outros sobre a infra-estrutura turística, qualificação da mão-de-obra e dos atrativos.

Mediante essas pesquisas realizadas, foram levantados dados, informações, opiniões, impressões que possibilitaram o conhecimento da realidade do turismo e como tratar os problemas existentes. Mediante esses opinários, foi elaborada uma matriz de análise F.O.F.A. (Força, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) que o estado tem em relação ao seu potencial turístico e infra-estrutura:

OPORTUNIDADES	FEITOS	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade com a Europa, a região emissora mais importante do mundo. • É Nordeste, é cerrado e é Amazônia. • Tradição do transporte marítimo e fluvial. • Existência de recursos naturais únicos (Parque Nacional dos Lençóis). • Artesanato original. • Gastronomia popular. • Crescimento rápido no Brasil e no mundo. • Crescimento dos segmentos do turismo de qualidade. • Crescimento do produto Nordeste • Alta taxa de ocupação de mão-de-obra, geração de emprego. 	<p>MARANHÃO</p> <p>MERCADO DE TURISMO</p> <p>MARKETING</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade e alto custo do acesso. • Delta do Parnaíba é considerado como pertencente ao Estado do Piauí. • Pesca predatória no Parque Nacional dos Lençóis, no Delta do Parnaíba e nas Reentrâncias Maranhenses. • Localização do mercado emissor no Sul do País. • Inexistência de planejamento integral de marketing do Nordeste e da Amazônia.

PONTOS FORTES	FEITOS	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Conexão regional no Sul do Estado. • Novo aeroporto de São Luís. • Política de pólos que facilita investimentos e concentra oferta diversificada. • Recursos naturais preservados. • São Luís: Patrimônio da Humanidade. • Cultura popular autêntica e viva. • Proporção entre recursos naturais e culturais, diferenciada em todo o Estado. 	<p>MARANHÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Precárias condições das rodovias federais. • Baixa oferta atual de vôos. • Degradação de recursos naturais: cachoeiras do Sul. • Infra-estrutura turística.

(Continua)